

por  ISSN 2447-2468  
ANO 17 | NOVEMBRO | Nº 59 | 2019

# SINAL

REVISTA DO SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL

REFORMA ADMINISTRATIVA

# A ESCALADA DO ESTADO MÍNIMO

**INDICADORES SOCIAIS**  
APAGÃO COMPROMETE  
POLÍTICAS PÚBLICAS

**LAVAGEM DE DINHEIRO**  
COAF NO BC GANHA  
AUTONOMIA, MAS  
PERDE FORÇA

**ENTREVISTA**  
EDUARDO MOREIRA

**SINAL**  
SINDICATO NACIONAL DOS  
FUNCIONÁRIOS DO BANCO CENTRAL

SCS QUADRA 01 - BLOCO G SALA 401 - TÉRREO  
ED. BARACAT - ASA SUL - CEP 70.309-900 - BRASÍLIA - DF

# Resistir ao desmonte

O ritmo frenético das recentes e draconianas medidas governamentais que, direta ou indiretamente, atingiram os serviços, os servidores públicos e, por consequência, a considerável parcela da sociedade brasileira deles dependente, marcou a confecção desta edição da **Por Sinal**, a primeira da nova direção do Sindicato, eleita, em maio deste ano, para o biênio 2019/2021.

Antes mesmo da promulgação da Reforma Previdenciária, aprovada no Congresso Nacional, que sepulta ou adia os sonhos de aposentadoria de muita gente — vítimas indefesas do elevado aumento determinado para as contribuições previdenciárias e da aterrorizante contribuição extraordinária a ser aplicada sempre que o governo entender que o setor está deficitário —, novas medidas economicistas saíam de um forno que não se apaga, todas visando unicamente a diminuição do gasto com as despesas primárias.

A Reforma Administrativa, que vem sendo anunciada a conta-gotas pelos escalões menores do governo, como a sentir o terreno em que se assentará, pretende mudanças tão profundas, que, se aprovada pelo Congresso, significará um marco divisório entre o que entendemos hoje como serviço público prestado pelo Estado e uma nova formatação, ainda indefinida, com menos participação estatal, menos servidores e, conseqüentemente, serviços precarizados ou descontinuados.

Calcado em “verdades” contidas nos relatórios encomendados ao Banco Mundial, desconstruídas pelo documento *Reforma Administrativa – contornos, mitos e alternativas*, da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, o projeto governamental percorre os caminhos da redução da jornada e dos salários dos servidores em até 25%; congelamento dos salários e proibição de concursos públicos por três anos; suspensão das promoções e progressões; diminuição dos salários iniciais das carreiras e aumento do número de seus níveis; criação de carreira única com redistribuição transversal dos seus ocupantes; fim da estabilidade; estágio probatório por dez anos e outras medidas ainda a serem desvendadas no prolífico

emaranhado de propostas de emendas constitucionais e projetos de lei apresentados.

O corte, também em nome da economia, nos trabalhos que buscam estabelecer indicadores sociais, como o Censo 2020, a ser desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e as críticas e desconfiças lançadas sobre outros levantamentos, como, por exemplo, o do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) quanto ao desmatamento da Amazônia, põem em xeque toda a análise científica necessária para nortear o planejamento estratégico das ações governamentais.

Os comentários críticos, vindos das mais variadas vertentes, à Medida Provisória (MP) 893/2019, que determina a troca de nome do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e sua vinculação administrativa ao Banco Central do Brasil, com possibilidade de livres indicações para a composição de seu Conselho Deliberativo, ao qual caberá a definição das diretrizes estratégicas do Órgão e o julgamento dos processos administrativos sancionadores na sua esfera de competência, não poderiam ficar fora desta edição, que se completa com uma entrevista instigante concedida pelo economista Eduardo Moreira, além de artigos de Francisco Menezes, pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), e Larissa Ximenes de Castilho Johnson, professora de Direito da UNINASSAU/Recife e Mestra em Direito pela UFPE.

O Conselho Editorial da **Por Sinal**, como sempre, procura entregar aos leitores um material de real interesse jornalístico, encadeando assuntos que trazem um fiel retrato do momento de mudanças pelo qual estamos passando, fruto natural do primeiro ano de um novo governo, que quer implantar suas ideias e cumprir suas promessas de campanha, tarefa no mínimo complicada, diante da imensidão de nosso país, da desigualdade social, do empobrecimento da nossa sociedade e do papel fundamental do Estado, de prover, principalmente para a parcela mais vulnerável, economicamente falando, os direitos básicos assegurados pela Constituição Federal.

Boa leitura!

**CONSELHO NACIONAL  
BIÊNIO 2019/2021****Presidente**

Paulo Lino Gonçalves

**Belém**

Reginaldo Bentes dos Santos

**Brasília**

Andreia Medeiros Rocha Van

Schaijk

Marden Marques Soares

Paulo de Tarso Galarça Calovi

**Belo Horizonte**

Fabio Faiad Bottini

**Curitiba**

Carlos Alberto Sabino Lopes

**Fortaleza**

Joaquim Brasileiro Netto

**Porto Alegre**

Larri Duarte

**Recife**

José Milton Bezerra

**Rio de Janeiro**

Sergio da Luz Belsito

José Vieira Leite

Nehemias Monteiro Junior

**Salvador**

Epitácio da Silva Ribeiro

**São Paulo**

Aldomar Guimarães dos Santos

Daro Marcos Piffer

Natalino Yoshimi Sakamuta

**DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL  
BIÊNIO 2019/2021****Presidente**

Paulo Lino Gonçalves

**Diretor Secretário**

Ivonil Guimarães Dias de Carvalho

**Diretor Financeiro**

Iso Sendacz

**Diretor Jurídico**

Sergio da Luz Belsito

**Diretor de Comunicação**

Eduardo Stalin Silva

**Diretor de Assuntos****Previdenciários**

Paulo de Tarso Galarça Calovi

**Diretor de Relações Externas**

Francisco de Assis Tancredi Soares

**Diretor de Estudos Técnicos**

Mauro Cattabriga de Barros

**Diretor de Qualidade**

de Vida no Trabalho

José Vieira Leite

**Diretora de Ações Estratégicas**

Andréia Medeiros Rocha Van

Schaijk

**CONSELHO FISCAL  
NACIONAL  
BIÊNIO 2019/2021****Presidente**

Ronaldo Ferreira (Curitiba)

**Membros**

Jose Raimundo dos Santos

(Rio de Janeiro)

Otílio Severian Loureiro (São Paulo)

**EXPEDIENTE ANO 17 NÚMERO 59 NOVEMBRO 2019****Por Sinal**

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central

**Conselho Editorial**

Edil Batista Júnior, Eduardo Stalin Silva, Francisco de Assis Tancredi Soares, Juan Pablo Paineira Paschoa, Maria Juliana Zeilmann Fabris, Mauro Cattabriga de Barros, Paulo de Tarso Galarça Calovi e Paulo Lino Gonçalves. Conselheiros suplentes: José Paulo Vieira, Rubens Gandelman e Tyrso Meireles Neto

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SCS Quadra 01 - Bloco G sala 401 - Térreo

Ed. Baracat - Asa Sul - Cep 70.309-900 - Brasília - DF

Telefone: (61) 3322-8208

nacional@sinal.org.br

www.portal.sinal.org.br

Contato com a **Por Sinal**: porsinal@sinal.org.br**Redação**

Coordenação-geral e edição: Flavia Cavalcanti

(Letra Viva Comunicação)

Reportagem: Alexandre Medeiros, Cristina Chacel,

Jefferson Guedes e Verônica Couto

Revisão: Olga de Mello

Diagramação: Luciana Junqueira

Ilustrações: Claudio Duarte

Impressão: Ideal Gráfica e Editora Ltda

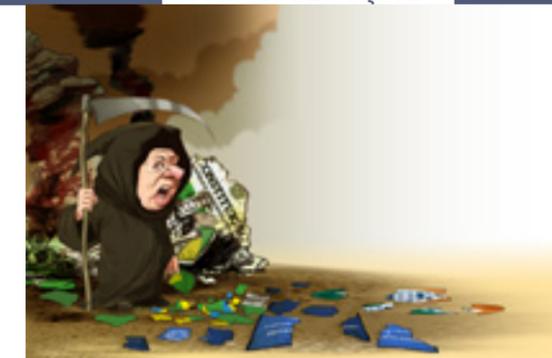
Tiragem: 8.000

Assessoria de Comunicação do Sinal Nacional: Rapport.

www.rapportcomunica.com

*Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.**O Conselho Editorial não se responsabiliza pelas opiniões expressas nos artigos assinados.***REFORMA ADMINISTRATIVA****A escalada do Estado Mínimo**

PÁGINA 4

**REFORMA DA PREVIDÊNCIA****Sem rede social país ficará ainda mais pobre**

PÁGINA 14

**INDICADORES SOCIAIS****Apagão compromete políticas públicas**

PÁGINA 24

**LAVAGEM DE DINHEIRO****Coaf no BC ganha autonomia, mas perde força**

PÁGINA 32

**ENTREVISTA  
EDUARDO MOREIRA****Reformas querem baratear preço da mão de obra**

PÁGINA 38

**ARTIGO****O crescimento da pobreza e a ausência de dados**

PÁGINA 31

**ARTIGO****Seguridade social, Constituição e reforma da Previdência no contexto do ultraliberalismo**

PÁGINA 46

# A ESCALADA DO ESTADO MÍNIMO

GOVERNO INSISTE NA IDEIA DE QUE O BRASIL QUEBROU E DE QUE É PRECISO CORTAR MAIS GASTOS. PRÓXIMO PASSO É MEXER NA CONSTITUIÇÃO PARA REDUZIR A MÁQUINA PÚBLICA À METADE.

CRISTINA CHACEL



**P**restes a completar um ano no poder, o governo já não surpreende a nação com sua agenda ultraliberal, largamente professada por colaboradores e simpatizantes, divulgada aos quatro ventos pela imprensa para formar a opinião pública. Aprovada a reforma da Previdência, o próximo passo para levar o país ao Estado mínimo é a reforma administrativa, que, ao fim e ao cabo, pretende reduzir a máquina pública brasileira à metade. Para incredulidade de seus críticos, o ambiente político favorece o governo.

Ridicularizado na cena internacional e com popularidade em queda livre, o Executivo tem encontrado boa acolhida para suas manobras radicais nas duas casas legislativas e no Supremo Tribunal Federal. Mesmo que algumas dessas manobras imponham quebrar o pacto federativo celebrado em 1988, porque, afinal, como sustenta o ministro da Economia, Paulo Guedes, a Constituição já não cabe no Orçamento.

Mas se institucionalmente os ventos parecem soprar a favor do governo, na economia o quadro é de depressão, com alto nível de desemprego, indústria ociosa, empobrecimento da população e crise de demanda: “O Brasil está crescendo muito pouco, 1% ao ano. Neste ritmo, o país só recupera o nível de produto de 2014 no ano de 2024. Dez anos para poder voltar ao patamar econômico de antes da crise”, assinala a professora do Instituto de Economia da UFRJ

e ex-secretária de Orçamento Federal Esther Dweck, para quem o governo, por motivações ideológicas, marcha na contramão do crescimento. O ponto de virada veio com a aprovação da emenda constitucional 95, mais conhecida como Teto de Gastos, que congelou os gastos públicos, em 2016, por 20 anos. Inexequível, o Teto de Gastos colocou o país em uma sinuca de bico. Diz a economista:

“As famílias brasileiras, empobrecidas, estão reduzindo as compras e as empresas, com capacidade ociosa muito grande, não têm razão para expandir investimentos. Não há demanda para seus produtos. Do lado externo, há uma guerra comercial entre China e Estados Unidos, uma desaceleração mundial, e, portanto, nenhuma expectativa de que as exportações venham a crescer nos próximos anos de forma a recuperar a economia brasileira. Assim, apenas um agente poderia reverter esta crise de economia estagnada: o Estado, por meio de compras públicas e investimento público. Mas o governo atou suas mãos com a Emenda 95, sem nenhuma cláusula de escape para um período de baixo crescimento.”

Esther Dweck adverte que é preciso desfazer a ideia, difundida pelo governo, de que administrar as contas públicas é como administrar o orçamento familiar:

“É um mito afirmar que o governo é como a dona de casa, não pode gastar mais do que ganha. Diferentemente de uma dona de casa, o governo tem todos os instrumentos para agir de forma contrária à retração econômica, investir em expansão de atividade, para, justamente, puxar o setor privado.”

### **BRASIL NÃO QUEBROU!**

O governo, porém, toma o caminho inverso. Difunde a ideia de que o Brasil quebrou e de que é preciso cortar gastos para

a economia voltar a crescer. A professora da UFRJ é categórica em afirmar que não, o Brasil não quebrou e o dinheiro não vai acabar enquanto o Estado puder exercer suas funções fiscais e investir em proteção social para reativar o dinamismo na economia. E explica:

“O governo tem recursos para tirar o país da crise, por exemplo, emitindo dívida, o que não seria nada absurdo. A dívida cresceu mais de 20 pontos nos últimos cinco anos. Se crescesse 2 pontos para aumentar o investimento público, aumentar o Bolsa Família, oferecer um abono extra, pagar mais parcelas de seguro-desemprego, como já se fez no passado, ou seja, redistribuir renda para os mais pobres, teria um potencial enorme para retomar o crescimento. A atual equipe econômica tentou isso pelo FGTS, mas, da maneira como fez, não gera uma grande recuperação. Teria mais resultados contratando serviços e realizando investimentos, retomando obras paradas. Outro caminho é recuperar a carga tributária para o patamar pré-crise, que, em termos federais, perdeu mais de dois pontos de arrecadação de PIB. Por meio de uma tributação progressiva, taxando os mais ricos, recuperaria a perda e poderia obter esse mesmo aumento de dois pontos nos seus gastos, sem comprometer o resultado fiscal.”

Trata-se de uma visão desenvolvimentista diametralmente oposta à da agenda ultraliberal, que aposta na chamada contração fiscal expansionista, pela qual se o governo contrair gastos e fizer o dever de casa, a economia volta a crescer, puxada pela fada da confiança. Diversos estudos, inclusive dos autores italianos formuladores desta tese, já demonstraram que isso não é verdade. Alberto Alesina, Carlo Favero e Francesco Giavazzi apresentaram a evidência de 107 casos de contração fiscal no mundo. Apenas 26 países tiveram

algum crescimento econômico após um ajuste fiscal. Deles, somente seis países passavam por recessão no momento do ajuste, e, dos seis, só dois registraram taxa de crescimento maior que a do período anterior ao ajuste. Por fim, a dívida pública não aumentou apenas em um desses países.

Diante dessas evidências, há uns bons anos a ideia de corte indiscriminado de gastos, preconizada pelos ultraliberais, vem sendo revista. O próprio FMI já propõe regras fiscais mais flexíveis, que garantam uma trajetória a médio prazo de sustentabilidade da dívida. Vários textos mostram que o ajuste fiscal tende a se autodestruir, a agravar a desigualdade, a ser recessivo, e, assim, a não recuperar a economia.

De 2003 a 2014, a dívida pública interna brasileira se manteve estável, ou em queda, observa Esther Dweck. Não havia crise fiscal. A estabilidade se devia ao crescimento do PIB, juros e arrecadação. O governo gastava menos do que arrecadava, mesmo com o gasto público acelerado. Foi um círculo virtuoso da economia. O investimento público cresceu, o PIB cresceu, a arrecadação cresceu e a dívida pública permaneceu estável. A partir de 2015, o quadro se inverte. O governo faz um grande ajuste, corta gastos, a economia entra em desaceleração, o PIB desce em 4%, a arrecadação cai, os juros disparam e o país registra déficit primário naquele ano. O que fez a dívida aumentar, sustenta a professora, não foi a aceleração de gastos, mas a recessão econômica.

“O crescimento dos gastos foi de quase zero. Portanto, é mentira que os gastos produziram dívida. Mas essa mentira serve para o governo argumentar que é preciso cortar gastos. Trata-se, agora, de um círculo vicioso. O governo corta gastos e produz mais dívida, alimentando uma crise de demanda numa economia

mantida em depressão por um receituário ultraliberal. É uma mudança de país.”

### **ORÇAMENTO BASE ZERO**

O jornalista, analista e consultor político Antônio Augusto de Queiroz, diretor licenciado do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), é outro crítico da visão fiscalista e chama a atenção para a proposta do governo de desvincular receitas e despesas do orçamento público, desobrigar todos os gastos, aí incluídos aqueles comprometidos com educação e saúde, e desindexar despesas governamentais. Também chamada de Orçamento Base Zero, a proposta, segundo ele, é mais uma ferramenta da Emenda do Teto de Gastos destinada a reduzir a participação dos pobres no Orçamento federal.

“O conjunto de reformas vem no rastro da Emenda 95, porque a verba de privatização não pode ser usada em custeio, destina-se a saldar dívida. A opinião pública tem sido convencida de que os gastos são muito altos, quando eles estão congelados nos patamares de 2016. Junto, vem a visão ideológica de que o Estado é inchado e ineficiente, antagonista do capitalismo e capturado pela esquerda.”

Antônio Queiroz lembra que esta já é a quinta vez que as forças de mercado tentam implantar uma agenda neoliberal no país. A primeira foi durante a própria Assembleia Nacional Constituinte, no biênio 1987/88, a cargo do grupo político então conhecido como Centrão. A segunda, na Revisão Constitucional, não obteve êxito porque o tempo foi curto e pela falta de interesse do então presidente Itamar Franco. Na terceira, no governo Fernando Henrique Cardoso, o plano de empreender cinco reformas simultâneas terminou inconcluso. O caminho acabou sendo aberto durante o breve governo Temer, que criou um espaço

muito grande para a agenda neoliberal, aprovando o Teto de Gastos e a reforma trabalhista.

Agora, segundo o diretor do Diap, uma série de fatores concorre para um alinhamento forte com esta agenda. O governo não tem recursos, o mercado está na expectativa e quem poderia resistir vem sofrendo perseguições, caso dos trabalhadores da iniciativa privada, servidores e sindicatos, que perderam a fonte de custeio, representada pela contribuição sindical obrigatória, extinta na reforma trabalhista.



*Apenas um agente poderia reverter esta crise de economia estagnada: o Estado, por meio de compras públicas e investimento público. Mas o governo atou suas mãos com a emenda constitucional 95, sem nenhuma cláusula de escape para um período de baixo crescimento.*

**ESTHER DWECK**  
PROFESSORA DO INSTITUTO DE ECONOMIA DA UFRJ



Cartilha lançada pela Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, na Câmara Federal, no dia 15 de outubro

e terceirizar outra parte. E, no futuro, manter um pequeno contingente de servidores de carreiras como a do Itamaraty. No fim dessa estrada está a privatização de serviços de natureza pública, em prejuízo dos mais pobres, a parcela da população que mais depende da proteção do Estado, o que levará ao aumento da pobreza e da desigualdade.

“Depois do Teto de Gastos e da reforma da Previdência, se o governo conseguir aprovar o Orçamento Base Zero combinado com a reforma administrativa e a privatização das estatais, o serviço de demolição do Estado estará concluído, abrindo espaço para o fornecimento de *vouchers* à população carente para a compra de educação e saúde no setor privado”, alerta o diretor do Diap.

## FRENTE DE RESISTÊNCIA

Mesmo sem saber o que exatamente vem por aí, servidores articulam uma resistência dentro do Congresso Nacional, onde já tramitam mais de 20 projetos que alteram, flexibilizam ou mesmo extinguem as regras do Regime Jurídico Único, que regula os contratos do serviço público federal. Com um café da manhã no Salão Nobre da Câmara, no dia 15 de outubro, eles lançaram a cartilha *Reforma Administrativa do Governo Federal — Contornos, mitos e alternativas*, que em 32 páginas desfaz mitos que desqualificam os servidores e esclarece o público sobre o funcionamento da máquina do Estado.

O documento leva a assinatura da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, instalada em setembro, sob a coordenação do deputado Prof. Israel Batista (PV-DF), integrada por 235 deputados de 23 partidos, além de seis senadores. Um time formado para defender o serviço público e as prerrogativas dos servidores. A cartilha tem ainda o apoio de mais de 50 entidades

(dentre elas o Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central — Sinal).

Em estado de alerta, os servidores não querem perder tempo. Produzida antes mesmo de o governo oficializar uma proposta, a cartilha responde às críticas liberais ao papel e ao lugar do Estado na vida brasileira, que servem de justificativa e argumento à reforma administrativa, “condicionada pela ideologia do Estado mínimo e pelas políticas de austeridade”. Organizador do documento, o economista José Celso Cardoso Jr., presidente da Associação de Funcionários do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Afipea), vive o calor do debate.

O documento foi elaborado com base em manifestações e declarações na imprensa e nos posicionamentos assumidos publicamente por economistas que abastecem as políticas neoliberais do Executivo, como Armínio Fraga Neto, ex-presidente do Banco Central do Brasil e sócio-fundador da Gávea Investimentos, autor, com Ana Carla Abrão e Carlos Ari Sungfeld, do artigo intitulado *A Reforma do RH do Governo Federal*, produzido para a Oliver Wyman, empresa de consultoria internacional, especializada em estratégia de negócios. Ou como o relatório *Gestão de pessoas e folha de pagamentos no setor público — o que os dados dizem?*, apresentado pelo Banco Mundial na segunda semana de outubro, pelo qual o Brasil está diante de “uma janela de oportunidade para a realização de reformas administrativas”, o que indica a necessidade de “mudanças na gestão de recursos humanos”.

“O governo se apoia em documentos da iniciativa privada, todos com uma visão de fora, de mercado, sobre o Estado e a máquina pública. Não sabemos qual estratégia vai adotar. Se encaminhará uma peça só, mais difícil de aprovar, porque a resistência é grande,

ou se pretende aprovar a reforma em fatias, pelos projetos que já tramitam no Congresso, motivados não para melhorar a eficiência e a qualidade do serviço público, mas unicamente para reduzir gastos, privatizando tudo o que for possível”, critica José Celso.

Já se sabe que o ideário liberal que norteia o pacote de medidas tem quatro linhas mestras. A primeira prevê cortar gastos com o funcionalismo civil, adiando concursos por tempo indeterminado, terceirizando contratações, estabelecendo contratos temporários, reduzindo jornadas e salários de entrada, e revisando tabelas de progressão, alongando-as no tempo de modo a impedir que os servidores cheguem ao topo de remuneração.

A segunda linha mestra é a flexibilização do estatuto da estabilidade. Várias são as razões que legitimam esta

estabilidade, como lembrou a economista Esther Dweck, entre elas a de garantir independência ao servidor na defesa do interesse público e de assegurar ao Estado memória de gestão. José Celso acrescenta:

“A Lei 8.112/1990, do Regime Jurídico Único, já prevê formas de demissão. A estabilidade não é absoluta. A Controladoria Geral da União contabilizou 7.588 demissões de 2003 a julho de 2019, o que dá uma média de 500 demissões por ano. Mas o governo quer ir além. Quer demitir concursados a partir de uma proposta de avaliação de desempenho (já tramitando no Congresso) mais rígida e mais subjetiva, que caracteriza uma perseguição ao servidor.”

A redução da estrutura organizacional, hoje constituída por 310 carreiras, para cerca de 30 carreiras, é a terceira linha mestra do governo, que espera,

assim, centralizar e racionalizar a gestão de pessoal, facilitando a mobilidade entre órgãos.

“Substituir cargos administrativos por tecnologias moderninhas. É claro que existem ajustes possíveis, mas o governo usa como regra o ajuste fiscal”, observa o presidente da Afipea.

Por fim, o quarto eixo de reforma administrativa são medidas criadas para dificultar a ação sindical, como proibir o desconto da contribuição sindical voluntária em folha, impedir reuniões nos locais de trabalho e cobrar reposição de horas em caso de ausência motivada por atividade sindical. ✓

## OS 7 MITOS LIBERAIS

**O documento dos servidores públicos brasileiros sobre a reforma administrativa pretendida pelo governo Bolsonaro destaca sete mitos liberais que contribuem para uma visão distorcida do Estado e da máquina pública do país. São eles:**

### MITO 1 – O ESTADO É MUITO GRANDE E A MÁQUINA PÚBLICA ESTÁ INCHADA

Medir e avaliar o tamanho do Estado requer, antes de tudo, considerar o projeto de desenvolvimento pretendido e a sociedade e o país

que se almeja construir. O Estado é grande em relação a quê? Tomando por referência os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Estado brasileiro tributa e emprega menos do que a média internacional. Em 2015, a carga tributária bruta no Brasil, nas três esferas de governo, chegou a 35,6% do PIB, contra 42,4% da média da OCDE. Os servidores públicos, nas três esferas de governo, constituem 12,1% da população ocupada, contra uma média de 21,3% da OCDE.

### MITO 2 – AS DESPESAS COM PESSOAL SÃO MUITO ALTAS E ESTÃO DESCONTROLADAS

É comum referir-se aos gastos com servidores como o segundo maior item isolado de despesas da União. A referência é indevida e mencionada fora do contexto. Trata igualmente servidores civis, militares, ativos, aposentados e pensionistas. É o segundo maior item das despesas públicas primárias. No entanto, desconsidera-se, no orçamento primário, o volume das despesas de juros da dívida pública. Em 2018,

incluindo os juros, as despesas com pessoal caem para terceiro lugar entre as maiores do governo: Benefícios do RGPS, R\$ 586 bilhões; Juros Nominais, R\$ 310 bilhões; e Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 298 bilhões. Fala-se, também, que o governo gasta R\$ 300 bilhões, e isso é muito. Muito em relação a quê? Comparado ao passado, o gasto atual, em relação ao PIB, não apresenta explosão nem descontrole. Em 2018, representou 4,4% do PIB, mesmo percentual de duas décadas atrás e inferior aos patamares de 2000,

2001, 2002, 2003 ou 2009. Entre 2010 e 2015, caiu para 3,8% do PIB, voltando a subir recentemente, em função do desempenho sofrível do PIB e da recomposição parcial de remunerações entre 2016 e 2019.

### MITO 3 – O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES É INSUSTENTÁVEL

Se há uma constante nas numerosas reformas previdenciárias pelas quais o país passou, desde a promulgação da Constituição de 1988, é que todas elas estiveram focadas ou afetaram profundamente a aposentadoria dos servidores federais. A partir de 2013, para todos os efeitos, a aposentadoria dos servidores foi igualada à dos trabalhadores do setor privado.

### MITO 4 – O ESTADO É INTRINSECAMENTE INEFICIENTE

Outro lugar-comum no debate sobre o Estado brasileiro é o de taxá-lo de ineficiente. Entrega-se pouco à população enquanto se arrecada muito e se desperdiça com a máquina. Temos uma carga tributária sueca e serviços públicos de Terceiro Mundo. A simples transposição de métricas de eficiência empresarial para o setor público desconsidera a natureza da função do Estado, que é

sociopolítica e não tem por razão o lucro. O Brasil tem hoje menos servidores federais civis ativos do que em 1991. Somando com os militares, os servidores na ativa eram 1,174 milhão em 2018, contra 912,739 mil, em 1988, o que representa um avanço de 28% em 30 anos, para atender uma população que cresceu 45% no mesmo período.

Na comparação da oferta de serviços públicos entre 2002 e 2018, o número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família aumentou de 2,3 milhões para 4,6 milhões, respectivamente. A cobertura do seguro-desemprego cresceu de 4,8 milhões para 6,2 milhões de brasileiros. Os procedimentos ambulatoriais subiram de 1,8 bilhão para 3,7 bilhões (2013) e os atendimentos na atenção básica saltaram de 868 milhões para 1,2 bilhão. Na Educação, a aquisição de livros didáticos subiu de 96 milhões, em 2005, para 144,2 milhões em 2018. E as matrículas na educação profissional de nível médio cresceram de 279 mil para 1,791 milhão no mesmo período.

### MITO 5 – A ESTABILIDADE DO FUNCIONALISMO É UM PRIVILÉGIO E É ABSOLUTA

A prerrogativa busca preservar no tempo as funções do Estado e a proteger o

servidor contra o arbítrio político indevido. Visa, antes de tudo, ao interesse público. A Lei 8.112/1990, entretanto, prevê penas administrativas de advertência, suspensão, demissão, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade e destituição de cargo em comissão ou de função comissionada. De 2003 a 2019, a CGU demitiu 7.588 servidores. Desse contingente, 64% por corrupção, 26% por abandono, pouca assiduidade ou acumulação ilícita de cargos, 3% por procederem de forma desidiosa, 1% por participação em gerência ou administração de sociedade privada, e 6% por outras razões.

### MITO 6 – O DINHEIRO DO GOVERNO ACABOU

Comparar o orçamento público com o doméstico é uma abordagem simplista e equivocada porque desconsidera que o governo, diferentemente das famílias e empresas, pode incrementar suas receitas por meio de alterações nos tributos e pode emitir dívida em sua própria moeda. Ademais, não leva em conta que uma parte dos gastos públicos volta para o governo sob a forma de impostos e que esses mesmos gastos, pelo volume e qualidade, favorecem a atividade econômica e ampliam a base arrecadatória. Como pode o dinheiro do governo ter

acabado se o Tesouro conta em caixa com cerca de R\$ 1,2 trilhão? O governo, que inclui o Banco Central, ainda possui mais de U\$ 350 bilhões em reservas internacionais, equivalentes a cerca de R\$ 1,5 trilhão em direitos a receber da maior economia do mundo, os Estados Unidos.

### MITO 7 – AS REFORMAS DA PREVIDÊNCIA, ADMINISTRATIVAS E MICROECONÔMICAS VÃO RECUPERAR A CONFIANÇA DOS INVESTIDORES, O CRESCIMENTO E O EMPREGO.

Cada vez mais se avolumam opiniões e evidências contrárias à ideia de que cortes de despesas públicas num contexto recessivo gerem recuperação. Cortes de gastos públicos em momentos depressivos podem aprofundar a crise, prejudicando o emprego, a renda das famílias e a demanda das empresas. As estatísticas revelam que, em geral, os países que adotaram um receituário de austeridade cresceram menos ou saíram mais tardiamente da crise. Na direção oposta, os que adotaram políticas econômicas com incentivos corretos, segurança jurídica e perspectiva econômica positiva conseguiram mobilizar investimentos privados logrando um crescimento elevado e sustentável.

## JOSÉ NASCIMENTO ARAÚJO

DESEMBARGADOR FEDERAL DO TRABALHO

# A reforma trabalhista fracassou

**A**provada em novembro de 2017, durante o governo Temer, a reforma trabalhista completa dois anos com muito pouco a comemorar, acreditando-se que ela foi editada para dinamizar o mercado e beneficiar o trabalhador brasileiro. As expectativas não se realizaram e o índice de desemprego permanece inerte, com 12,6 milhões de brasileiros sem trabalho e 40 milhões, o equivalente a 41,1% da população empregada do país, atuando na informalidade, segundo o IBGE. Mas se não rendeu trabalho, a reforma trabalhista teve grande êxito em abrir caminho para a implantação da agenda ultraliberal do governo Bolsonaro, que completou o serviço sancionando, em setembro, a Lei da Liberdade Econômica, conhecida também como minirreforma, que elimina barreiras e controles para a abertura de empresas, de modo a estimular o empreendedorismo no país. Em entrevista à **Por Sinal**, o desembargador federal do Trabalho José Nascimento Araújo critica as mudanças, analisa seus impactos e sentencia: “A reforma de 2017 e a nova Lei de Liberdade Econômica espelham uma cultura de absoluto desprezo pelo trabalho humano”.





*A reforma regulamentou a terceirização de toda e qualquer atividade das empresas, inclusive as atividades-fim. Hoje em dia, uma escola pode terceirizar os serviços de um professor, ou um jornal terceirizar o repórter. Eu acho muito ruim. A experiência de terceirização, em outros países, responsabiliza aquele que terceiriza, que toma os serviços, de uma forma mais severa. Aqui, a ideia é flexibilizar para atender a uma visão de redução do custo do trabalho.*

que a gente trouxe para o mundo do trabalho no Brasil não estabelece nenhum limite de jornada. Na França, por exemplo, existe uma lei que prevê o direito à desconexão.

#### ■ Qual o impacto da terceirização no mercado de trabalho brasileiro?

A reforma regulamentou a terceirização de toda e qualquer atividade das empresas, inclusive as atividades-fim. Hoje em dia, uma escola pode terceirizar os serviços de um professor, ou um jornal terceirizar o repórter. Eu acho muito ruim. A experiência de terceirização, em outros países, responsabiliza aquele que terceiriza, que toma os serviços, de uma forma mais severa. Aqui, a ideia é flexibilizar para atender a uma visão de redução do custo do trabalho.

#### ■ A nova Lei da Liberdade Econômica, sancionada pelo presidente Bolsonaro, aprovou medidas de desburocratização e legalização de empresas para incentivar o empreendedorismo. Qual sua opinião sobre elas?

Na verdade, é um empreendedorismo do mundo do trabalho líquido. Segundo a narrativa liberal, estamos diante de um novo

#### ■ Qual a sua avaliação sobre o impacto da reforma trabalhista na geração de novos empregos?

Passados dois anos, os resultados são muito fracos. O mercado de trabalho, definitivamente, não reagiu. Se a taxa de desemprego de 2017 sofreu redução muito pequena, foi em função da entrada de um contingente grande de trabalhadores na informalidade e em postos de trabalho absurdamente precários.

#### ■ A regulamentação do trabalho intermitente gerou pouco mais de cem mil vagas no mercado de trabalho, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério da Economia (Caged). O governo anunciou a criação de 2,2 milhões de empregos, ou 55 mil vagas por mês, nesta modalidade. O que não deu certo?

A Lei 13.467 tornou o emprego mais precário e o custo de mão de obra mais baixo. Ela importou uma série de formas de trabalho que já existiam lá fora. O problema é que importou as piores formas. Em países como Portugal e Itália, por exemplo, o contrato de trabalho intermitente só vale para quem tem menos de 25 ou mais de 60 anos, que encontra dificuldade grande em se alocar no mercado de trabalho. Ou para setores da economia que a sazonalidade justifique, como o comércio. Além disso, há a garantia de um ganho mínimo. Mas o Brasil importou o modelo britânico, que é o *zero hour contract*. No limite, o seu contrato pode ser de zero hora a zero centavo de remuneração. E o que a gente verifica, dois anos depois, é que se pretendia gerar novos empregos, a reforma trabalhista fracassou. Os pouquíssimos ganhos registrados no Caged e pelo Dieese mostram que o mercado não se interessou pelo trabalho intermitente. Na verdade, ele é muito ruim para o trabalhador, e aquilo que é muito ruim para o trabalhador o mercado acaba rejeitando, naturalmente.

#### ■ Mas a regulamentação do trabalho fora da empresa, o teletrabalho, não vem atender às aspirações de muitos trabalhadores, que trabalham com o apoio de tecnologias?

O teletrabalho é necessário, é importante, atende à mão de obra feminina, com sua tripla jornada, o pessoal que tem dificuldades de locomoção, portadores de deficiência, e o setor de serviços, consultores, advogados, jornalistas. Mas a modalidade

tempo, em que os trabalhadores vão se libertar dos grilhões da CLT, que os infantilizava, e vão ser estimulados a empreender. Serem patrões deles mesmos. Só que para empreender é preciso acumular capital. Regra básica do capitalismo. A reforma é perversa porque cria postos precarizados, com jornadas absurdas, e, na verdade, você não deixa de estar subordinado. Essa é uma ilusão. No Uber, por exemplo, você está subordinado a algoritmos.

#### ■ Como julgar a influência dos algoritmos no mundo do trabalho?

O caso da Amazon, nos Estados Unidos, é emblemático. Com 600 mil empregados espalhados pelo mundo, a empresa acompanhava a movimentação e o dinamismo de cada um deles pelo *chip* do crachá eletrônico. Quando precisou fazer um corte drástico, o algoritmo selecionou os menos dinâmicos para serem demitidos. E foi um escândalo porque, entre os dispensados, havia um contingente enorme de mulheres grávidas, que naturalmente tem um ritmo mais lento, precisam ir ao banheiro com mais frequência, se movimentam menos. Mas o algoritmo não vê isso.

#### ■ A tecnologia não tem beneficiado o empregado nas relações de trabalho...

Os ultraliberais dizem que quanto mais “uberizado” o trabalho, menos proteção se exige, porque são empreendedores autônomos. Mas o que a experiência mostra é que quanto mais a tecnologia entra no mundo do trabalho, mais forte está sendo o controle sobre o trabalho humano. Quando o passageiro sai de um Uber, automaticamente recebe uma mensagem para avaliar o serviço prestado pelo motorista. Você pode dizer que esse motorista é um empreendedor autônomo, que presta contas somente a si próprio?

#### ■ Mas a CLT, uma senhora quase octogenária, não está defasada?

Uma das falácias da reforma e da minirreforma é de que a legislação trabalhista está velha e precisa ser ultrapassada. Na verdade, eles criticam algo que já não existe. Mais de 80% da CLT já foram atualizados à realidade do mercado, ao longo de seus 76 anos, por súmulas do Tribunal Superior.

#### ■ Houve impacto da reforma trabalhista na Justiça do Trabalho? O que mudou na rotina dos juizes?

A Justiça do Trabalho sentiu o impacto da reforma. Já no

primeiro ano, registrou queda de 38% no número de ações, frente a um patamar histórico de cerca de 2 milhões de novas ações trabalhistas que entravam todos os anos. Mas as pessoas comemoram essa queda na distribuição como sendo um dos sintomas do sucesso da reforma. Vivemos em um país com 210 milhões de habitantes em que a população economicamente ativa é de 130 milhões de pessoas. Um país com um nível de conflito de trabalho altíssimo. Nenhum país que passa por 350 anos de escravidão, uma história que acaba apodrecendo a sociabilidade brasileira, escapa de reproduzi-la nas relações de trabalho. O número de processos caiu, não porque o número de conflitos caiu.

#### ■ Recorrer à justiça ficou mais caro...

A reforma trabalhista, no campo do direito processual do trabalho, tem a clara intenção de dificultar o acesso do trabalhador à Justiça do Trabalho. Sempre foi baratíssima, quase gratuita. Agora é cara. O trabalhador passou a pagar as custas do processo, em caso de derrota. Pagar o advogado do patrão. As ações caíram porque a Justiça ficou mais cara e o trabalhador tem menos direitos a reclamar.

#### ■ A reforma enfraquece o direito do trabalho?

Se o governo desidrata brutalmente o direito do trabalho, torna um direito muito simplório, para que você precisa de um aparato tão grande? Transforma em um pequenino juizado de pequenas causas, que estagiários leigos podem operar. Antes tínhamos um instituto robusto de direito de trabalho e um arcabouço jurídico importante. Hoje, está em pauta a extinção a Justiça do Trabalho, ou a conversão em algo menor. Existe a possibilidade de que ela seja absorvida pela Justiça Federal. Virar um apêndice. Na prática, é tentar colocar o Brasil dentro do mapa de Portugal, porque a Justiça do Trabalho tem um aparato muito grande e a Justiça Federal é pequena, enxuta, sem capilaridade. A minha preocupação é que em um país como o Brasil é necessária uma instância forte para mediar conflitos. Não sei o tamanho. Talvez possa ser menor, mas não um apêndice. O que estamos vivendo faz parte do desmonte. E as consequências são trágicas. Os conflitos não vão desaparecer. Eles vão migrar para alguma outra instância da vida social. Provavelmente para as ruas. Provavelmente produzindo um aumento da violência, ou da criminalidade. E, certamente, da desigualdade. ✓

# SEM REDE SOCIAL PAÍS FICARÁ AINDA **MAIS POBRE**

IMPACTO SERÁ IMENSO. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS SÃO A PRINCIPAL FONTE DE RENDA DE 87,9% DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS, EVITANDO A FOME E A DESNUTRIÇÃO, ALERTA ESTUDO DA ANFIP.

VERÔNICA COUTO



A reforma da Previdência aprovada no Congresso reduz drasticamente a renda na sociedade, sacrifica os pobres, entrega as aposentadorias mais altas aos fundos e bancos privados, por meio da abertura da previdência complementar do setor público, e quebra a economia da imensa maioria dos municípios brasileiros, que sobrevive graças à movimentação dos proventos dos aposentados.

Para o economista Eduardo Fagnani, professor do Instituto de Economia da Unicamp e autor do livro *Previdência Social: o debate desonesto*, o corte estimado entre R\$ 800 bilhões e R\$ 1 trilhão nos benefícios sociais, em dez anos, vai transformar o Brasil em um país de miseráveis. Com a redução do valor dos benefícios e a dificuldade em cumprir as novas regras de acesso a eles, a expectativa é de empobrecimento da população idosa e, com isso, de deterioração econômica em todas as regiões do país.

O papel crucial desempenhado pelas receitas do INSS é constatado na pesquisa *A Previdência Social e a Economia dos Municípios*, publicada pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita (Anfip), com base em dados de 2017, relativos aos pagamentos de aposentadorias do Regime Geral (sem incluir benefícios assistenciais, seguro-desemprego, nem aposentadorias de servidores públicos). Em 87,9% dos 5.570 municípios brasileiros — um total de 4.896 cidades —, o pagamento de recursos da Previdência supera a arrecadação tributária municipal. E mais: em 73% dessas localidades, as aposentadorias ultrapassam o que a cidade recebe do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), formado por repasses

da União de parcelas do IR e do IPI, e que se constitui na segunda maior categoria de transferências, perdendo apenas para os repasses de ICMS.

“Se hoje já temos um desemprego acentuado e uma informalidade galopante, é certo que a dificuldade de acesso aos benefícios da Previdência vai aumentar o número de pobres no Brasil”, alertou o autor da pesquisa da Anfip e ex-presidente do Conselho Executivo da entidade, Álvaro Sólton de França. O levantamento destaca, por exemplo, São Luiz Gonzaga do Maranhão (MA), cidade de 25 mil habitantes, a maioria dedicada à agricultura familiar. Lá os benefícios previdenciários equivalem a 66 vezes o total arrecadado pela prefeitura. Em Serra da Bahia (BA), os recursos da Seguridade somam 38 vezes mais.

As perdas para as economias locais não se restringem ao Nordeste. Segundo o trabalho da Anfip, em todos os municípios do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, incluindo as capitais, o total de benefícios pagos é maior do que os recursos repassados do FPM. Já em São Paulo, embora a arrecadação total do estado supere os pagamentos do INSS, o repasse do FPM é menor do que estes em 86,2% das 645 cidades paulistas.

### A FONTE VAI SECAR

Com base nesses e em outros dados significativos sobre a realidade econômica dos municípios brasileiros, a pesquisa sustenta que os benefícios previdenciários são a única fonte de renda de milhares de famílias em todas as regiões do Brasil, evitando a fome e a desnutrição, além de retirar um sem-número de cidadãos da situação de miserabilidade.

Segundo a Nota Técnica nº 9, do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Cecon), do Instituto de Economia da Unicamp (IE-Unicamp), intitulada *A Contabilidade Criativa na*

*Reforma da Previdência e o Aumento da Pobreza: Novos Dados e Tréplica à Resposta Oficial*, em quase 8 milhões de domicílios a única fonte de renda é a aposentadoria, e, em 13,5 milhões deles (63,3% do total), a receita paga pelo INSS é a principal fonte.

Para os estudiosos do Cecon que se debruçaram sobre os microdados do INSS — liberados pelo governo apenas durante a CPI da Previdência, em 2017 —, está claro que as novas regras atingem principalmente esses trabalhadores de renda mais baixa e em situação de maior vulnerabilidade social, dos quais virão 90% dos R\$ 800 bilhões que o governo pretende economizar. Eduardo Fagnani confirma e lembra que menos de 1% dos aposentados recebem o teto de R\$ 5.839,45.

É o que sustenta também o estudo da Anfip. Em dezembro de 2017, foram pagos pelo INSS mais de 34 milhões de benefícios vinculados ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Desse total, 24,9 milhões se destinaram ao setor urbano e 9,5 milhões à área rural. “O mais impressionante é que a maior parte dos benefícios pagos, 67,7%, correspondeu a um salário mínimo, sendo que, na clientela urbana, esta faixa de beneficiários representou 55,6% do total e, no meio rural, quase a totalidade dos benefícios, alcançando 99,3%.”

Tomando a base de aposentados e dependentes apurada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2017, realizada pelo IBGE, os pesquisadores do Cecon demonstram que a redução, imposta pela reforma da Previdência, de pelo menos 30% no valor do benefício dos mais pobres, embora pequena em valor absoluto, significaria um aumento no número de pobres em mais de 4,1 milhões de pessoas (no estudo, o critério de pobreza é de meio salário mínimo *per capita* na família). Uma estimativa alarmante, mas que os pesquisadores classificam

como “conservadora”. A realidade pode ser ainda mais crítica.

Os pesquisadores citam estudo de 2018 do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), que apontou cerca de 14 milhões de idosos como principais responsáveis financeiros das famílias, o que faziam com grande dificuldade. De acordo com o relatório do SPC/CNDL, 43% dos brasileiros acima de 60 anos são os principais responsáveis pelo pagamento de contas e despesas da casa. O percentual é ainda maior (53%) entre os homens. De modo geral, 39% dos idosos brasileiros pagam as contas em dia, mas fecham o mês sem recursos excedentes. Outros 14% nem sempre conseguem pagar as contas e, algumas vezes, precisam fazer esforço para administrar o dinheiro que recebem. Já 4% nunca ou quase nunca conseguem honrar os compromissos financeiros, diz o levantamento do SPC/CNDL.

### REGRAS PERVERSAS

Exigências maiores e aumento do tempo para obter o benefício, além de cortes em auxílios e pensões, são as modificações

propostas na reforma da Previdência que virão a agravar a pobreza. Além disso, para os servidores públicos federais, o impacto negativo deriva do aumento da contribuição em folha e da abertura ao mercado privado das previdências complementares (veja *boxe na página 18*).

No Regime Geral, a reforma institui uma idade mínima para a aposentadoria — 62 anos para mulheres e 65 para homens —, além de período obrigatório de contribuição de pelo menos 15 anos para mulheres e de 20 anos para homens que ingressem no sistema com a nova Previdência em vigor (os homens que já são contribuintes terão prazo menor, de 15 anos). Este tempo dará direito a apenas 60% do valor do benefício. A partir daí, serão acrescidos 2% por ano de contribuição, até o limite de 100%, ou 35 anos de contribuição para mulheres e 40 anos para homens, necessários para obter o benefício integral. Uma meta inalcançável para a grande maioria dos trabalhadores.

Estudo da economista Denise Gentil, da UFRJ, calculou que os brasileiros contribuem para a Previdência, em média, cinco meses por ano. Para chegar aos 40 anos

exigidos pelo governo para a aposentadoria integral, seria preciso trabalhar por 96 anos. Para receber o valor parcial, de 60%, 20 anos de contribuição vão representar, na vida real, um período de 48 anos.

O valor da aposentadoria também cai porque o cálculo passa a ser feito com base em todos os salários, e não mais sobre os 80% das maiores remunerações. Outra medida apontada como particularmente perversa para pensionistas de baixa renda é a proibição de acumular benefícios. Ou seja, se um dos cônjuges de um casal de aposentados falecer, a renda familiar cairá imediatamente pela metade ou até menos. Se o viúvo ou a viúva tiver alguma fonte de renda declarada — como pequeno empresário MEI, por exemplo —, também perderá o direito ao benefício, favorecendo a informalidade e a precarização.

Para a economista Laura Tavares, professora da UFRJ, com doutorado em Economia do Setor Público pela Unicamp, a reforma vai pôr abaixo um pilar da estrutura da sociedade brasileira, com consequências drásticas. E explica: a seguridade social do Brasil tem o percentual mais alto de inclusão da América

## NÚMERO DE MUNICÍPIOS EM QUE OS PAGAMENTOS DA PREVIDÊNCIA SUPERAM A ARRECADAÇÃO

POR REGIÃO

REGIÕES	2010	Δ%	2017	Δ%	% MUNICÍPIOS ONDE BENEFÍCIOS > ARRECADAÇÃO
Centro-Oeste	307	6,7	362	7,4	79,0
Nordeste	1.607	35,0	1.631	33,3	90,9
Norte	335	7,3	373	7,6	82,3
Sudeste	1.314	28,6	1.462	29,9	87,6
Sul	1.026	22,4	1.068	21,8	89,7
Total Benefícios > Arrecadação	4.589	100,0	4.896	100,0	87,9

Fonte: Secretaria de Previdência do Ministério da Economia // Elaboração: Anfip e Fundação Anfip

Esses números demonstram a grande capacidade redistributiva da Previdência Social e sua influência na redução das desigualdades regionais, dado que os benefícios previdenciários superam, na maioria dos casos, tanto o FPM, como também a Arrecadação.

Latina, protegendo 82% dos idosos do país e atendendo a cerca de 140 milhões de pessoas, incluídos aí as aposentadorias, assistência social, as famílias dos beneficiários e o seguro-desemprego. O país, no entanto, gasta apenas cerca de 7% do PIB com essa política, enquanto os EUA aplicam 14% do seu produto interno em saúde e deixam praticamente metade da população de fora.

### O TAMANHO DA POBREZA

O Regime Geral da Previdência, a assistência social e o seguro desemprego, que compõem a Seguridade Social, são o maior mecanismo de proteção social do país. Desmontar essa rede, e perder seu principal meio de transferência de renda, justamente quando piora a qualidade de vida no país, é uma combinação desastrosa.

A proporção de pessoas pobres no Brasil aumentou de 25,7% em 2016 para 26,5% em 2017, conforme dados da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, que considera a linha de pobreza definida pelo Banco Mundial (rendimento de até US\$ 5,5 por dia, ou R\$ 406 por mês). Em números absolutos, esse contingente variou de 52,8 milhões para 54,8 milhões — ou mais 2 milhões de pessoas neste fio da navalha. Dentro desse grupo, na sua ponta mais crítica, na extrema pobreza, estão 15,2 milhões de brasileiros com renda inferior a US\$ 1,90 por dia (R\$ 140 por mês), que já eram 7,4% da população em 2017, contra 6,6% no ano anterior. Um aumento também de 2 milhões de cidadãos. Regionalmente, o Nordeste tem 44,8% da população em situação de pobreza (25,5 milhões de pessoas); a Região Sul, 12,8% (3,8 milhões de pessoas); e o Sudeste, 17,4% (15,2 milhões de pessoas).

A pesquisa da Anfp cita outro estudo, feito pelo próprio governo, que comprova a importância da Previdência na redução da pobreza. Intitulado *Evolução da Proteção Previdenciária no*

### SERVIDOR PÚBLICO

## SOCIEDADE VAI PAGAR A CONTA

A reforma da Previdência impõe aos servidores públicos federais restrições adicionais às já propostas no Regime Geral para acesso aos benefícios. Entre as principais mudanças para o funcionalismo civil estão o aumento do valor da contribuição e a entrega da previdência complementar pública, a mais ambicionada pelo mercado financeiro, às instituições privadas. “Todos os servidores federais, exceto os militares, são duramente afetados pela reforma”, avalia o deputado Israel Batista (PV-DF), presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público no Congresso Nacional. “E ainda falam em reforma administrativa para reduzir salários e pôr fim à instabilidade. Enormes retrocessos em termos republicanos”. Para os servidores que aderiram à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), o parlamentar explica que o benefício do Regime Próprio da Previdência Social até o teto do Regime Geral será reduzido e as pensões por cotas sofrerão achatamento significativo.

### CONCORRÊNCIA DESLEAL

A própria Funpresp poderá ser privatizada, porque, embora permaneça como entidade de previdência fechada e de caráter público, a reforma prevê a possibilidade de migração do servidor para outras entidades abertas e com fins lucrativos — ou seja, bancos privados. O ente da federação tem autorização para trocar de gestor. “Pode-se, então, iniciar concorrência predatória entre fundos de pensão, o que evidentemente inviabiliza a Funpresp, que não terá como competir com os grandes fundos nacionais e estrangeiros”, acredita Israel Batista.

Esse movimento, diz Batista, amplia o risco de desproteção do segurado, que passa a estar sujeito à gestão temerária dos fundos em busca de lucros fáceis mais arriscados. As previdências fechadas públicas obedecem a várias diretrizes de governança, entre elas, a exigência de participação dos próprios servidores nos comitês de investimento e nos conselhos de administração. Regras que não se aplicam às instituições privadas.

Segundo o parlamentar, as alíquotas das contribuições podem subir em até 22% nos vencimentos mais altos, inclusive de aposentados e pensionistas, que, ao contrário dos trabalhadores do setor privado, continuam contribuindo para a Previdência. Hoje, os servidores aposentados já pagam até 27,5% de IR mais 11% de contribuição sobre o valor que ultrapassa o teto previdenciário do Regime Geral.

O aumento de alíquotas afeta todos os mais de 1 milhão de servidores civis ativos, aposentados e pensionistas que recebem rendimentos superiores ao teto do Regime Geral. Dos 520 mil ativos, os cerca de 180 mil que ingressaram no serviço público antes de 2004 deverão enfrentar um pedágio de 100% do tempo de contribuição que falta para a aposentadoria na data de homologação da Nova Previdência, a fim de manterem a integridade do benefício.



Os 200 mil, aproximadamente, que chegaram ao serviço público entre 2004 e 2013 receberão aposentadorias menores — redução de 15% a 40% em comparação com as regras atuais, precisando comprovar 20 anos de serviço público. Os 140 mil que entraram após a previdência complementar sofrerão com a redução no benefício do Regime Próprio da Previdência Social. Já os que ainda não se aposentaram também deixarão pensões significativamente menores para cônjuges e dependentes.

O deputado chama a atenção para os efeitos graves que essas mudanças no setor público terão na sociedade. “Num primeiro momento, menos servidores irão se aposentar, postergando a inatividade”, analisa o parlamentar. “Mas junto com a reforma administrativa que se anuncia, o serviço público sofrerá com menos atratividade, mais terceirização, menos qualificação, pior qualidade. A população sentirá isso na pele.”

### AGENDA DA CAPITALIZAÇÃO

Mesmo a retirada do regime de capitalização da proposta foi uma derrota apenas aparente para o governo, acredita o economista Eduardo Fagnani, da Unicamp. Segundo ele, a migração dos recursos públicos para os fundos e bancos privados poderá acontecer, ainda, de duas maneiras: pela captura do filé *mignon* do mercado — as previdências complementares dos funcionários públicos — e, futuramente, com a apresentação de uma nova PEC retomando o projeto, vinculando a capitalização à carteira de trabalho “verde e amarela”.

“A capitalização continua na pauta”, diz o economista. “Nessa carteira de trabalho que querem criar para concorrer com a CLT, o empregador não pagaria a Previdência. E quem optar por ela entraria na capitalização individual. No futuro, só teríamos emprego pela carteira verde e amarela.”

Um modelo desse tipo quebra o Regime Geral. Para assegurar a continuidade dos pagamentos de benefícios, seria preciso aportar recursos fiscais a fundo perdido. Um custo de transição que o governo resiste a revelar. “O Chile está pagando essa transição ainda, que custou entre 4,5% e 5% do PIB”, adverte Fagnani. Não custa lembrar que o regime de capitalização, menina dos olhos do ministro Guedes, foi adotado no Chile em 1981, ainda na ditadura militar. Em 2015, 34 anos após a privatização da seguridade e quando a demanda das novas aposentadorias bateu às portas do sistema, 90,9% recebiam menos do que um salário mínimo, segundo dados da entidade independente Fundação Sol. Combinada à privatização dos serviços de água e luz, a mudança conduziu o país a um processo de profundo empobrecimento. É o que sinalizam as manifestações que pararam o país nas últimas semanas.

*Brasil – 2017*, da Coordenação Geral de Estudos Previdenciários da Secretaria de Previdência do então Ministério da Fazenda, ele foi publicado no *Informe de Previdência Social* de junho de 2018. Segundo esse trabalho, sem as transferências previdenciárias, o percentual de brasileiros situados abaixo da linha da pobreza alcançaria 46,5%. Com a redistribuição proporcionada pela Previdência Social, esse percentual se reduz para 31,3%. A situação de pobreza, nesta metodologia, considera aqueles com renda domiciliar *per capita* inferior a meio salário mínimo de 2017 (R\$ 468,50).

### FORA DA CONSTITUIÇÃO

Outra questão importante preocupa os opositores da reforma. Se as condições previstas já são duras, elas podem piorar, porque mais de 80 dispositivos da proposta exigem regulação por leis complementares, mais fáceis de serem aprovadas. “A desconstitucionalização da Seguridade, feita nesta reforma, é gravíssima”, alerta Eduardo Fagnani.

No caso do Benefício de Prestação Continuada, por exemplo, pago atualmente a deficientes e a idosos com 65 anos ou mais que tenham renda familiar por pessoa inferior a um quarto do salário mínimo, a oposição conseguiu evitar a redução de 40% no seu valor, preservando a quantia de um salário mínimo, mas as regras para acesso aos benefícios poderão ser regulamentadas em lei complementar, restringido o seu alcance.

A economista Laura Tavares explica que, pelo modelo instituído na Constituição de 1988, a contribuição do agricultor familiar era feita com base no valor do produto comercializado por ele. O modelo é importante para a

universalização dos benefícios rurais, ao garantir que todos recebam pelo menos um salário mínimo. No entanto, uma das possibilidades discutidas recentemente no Congresso prevê a criação de uma contribuição mensal para esses trabalhadores a ser definida em lei complementar. “Como vão conseguir contribuir mensalmente, se a atividade é sazonal, sem ganhos nos períodos de entressafra ou nas secas?”, questiona.

A Previdência Social pagou 34,5 milhões de benefícios do Regime Geral em 2017. Segundo o IBGE, para cada beneficiário da Previdência Social há, em média, 2,5 pessoas atendidas indiretamente. Assim, a Previdência atendeu direta e indiretamente, incluindo o titular do benefício, a 120,5 milhões de pessoas, ou seja, 57,57% da população brasileira, sem contar os contribuintes dos Regimes Próprios — servidores federais, estaduais e municipais.

## DESESTRUTURAÇÃO FAMILIAR

O reflexo do pagamento de benefícios para todo o núcleo familiar também foi observado na pesquisa da Anfi. Os recursos garantem melhoria de habitação, móveis, alimentação, saúde e longevidade maior do que a daqueles que não recebem os benefícios. “São idosos que ajudam os filhos a sustentarem os netos”, explica Álvaro Sólón.

A relação é mais evidente no meio rural, onde muitos chefes de família saem de seu lugar de origem para procurar emprego fora e deixam as “viúvas de maridos vivos” responsáveis pela casa, ou quando o jovem vai procurar trabalho e educação melhores em outros locais, e as pessoas mais idosas ficam. Os recursos da Previdência funcionam também como um seguro contra intempéries, secas, perdas de safra, assegurando algum rendimento nesses períodos,

não só as pessoas da família, mas para a economia das cidades onde elas moram. “Em alguns municípios, quase a metade da população tem benefício rural”, destaca.

O compartilhamento da renda proveniente da Previdência Rural faz com que o idoso volte a ter um papel importante no âmbito da família, estreitando os laços de solidariedade com as gerações mais jovens que dependem dos beneficiários. O benefício, nesse caso, diz o estudo da Anfi, “supre a lacuna da falta de um seguro-desemprego para os filhos dos beneficiários da área rural, apoia a escolarização dos netos, permite aos aposentados e pensionistas adquirirem medicamentos e terem acesso a tratamento de saúde não existente na área pública de saúde. Ou seja, a partir da Previdência Rural constrói-se uma ampla rede de proteção básica no tecido social rural do Brasil.”

Álvaro Sólón lembra que, ao percorrer o interior do país, ouviu muitos trabalhadores rurais dizerem que sonhavam em completar a idade exigida pela legislação previdenciária para se aposentarem. “No Brasil, infelizmente, a dignidade da pessoa está associada à sua renda. Os idosos, com seus benefícios, adquirem a respeitabilidade do seu núcleo familiar.”

Eduardo Fagnani acredita que a Reforma da Previdência, ao minar a economia regional, poderá provocar a volta do êxodo rural, além de migrações das cidades menores para as capitais e das capitais de regiões mais pobres para as metrópoles mais ricas. A Seguridade Social, junto com as políticas da área de Educação, fez o índice Gini, que mede a desigualdade e a concentração de renda, cair em 26 pontos no Brasil, segundo trabalho da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) citado pelo economista.

“Não é uma política pública qualquer; a Previdência Social é a âncora do país, um colchão para amortecer as tensões sociais, dada a nossa péssima distribuição de renda. Ela reduz a pobreza e a desigualdade, porque os estados e municípios mais ricos transferem contribuição para os mais pobres — pelo princípio da solidariedade do sistema”, resume Álvaro Sólón.

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado, em 16 de setembro, o coordenador do Fórum de Economia Solidária do Distrito Federal e Entorno (FESDFE), Marcelo Inácio de Souza, destacou a falta de explicações do governo para o destino dos recursos que, supostamente, seriam economizados com as mudanças promovidas pela PEC. “Acredito fortemente que essa reforma vai aumentar a miséria e não tem nenhuma relação com geração de empregos. Pelo contrário, parece aprofundar o que seria uma linha muito clara de desigualdades. Os argumentos apresentados até o momento não enfatizam a solução pós-economia de R\$ 800 bilhões. Qual projeto vem na sequência para a geração de emprego?”

O coordenador do FESDFE lembrou, ainda, que a Previdência Social nem de longe é a vilã das contas nacionais, como alardeiam os defensores da Reforma. Em 2018, ela representou 24,48% do orçamento público, enquanto juros e amortização da dívida pública consumiram 40,66% — a maior fatia do bolo —, e políticas para geração de empregos, apenas 2,68%, de acordo com dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do último mês de dezembro. “Essa economia de R\$ 800 bilhões em dez anos é praticamente o que foi gasto no ano passado para pagamento de juros e amortização da dívida pública”, comparou. Culpar a Previdência, diz, é um “golpe de ilusionismo” para esconder o verdadeiro problema fiscal. ✓

## THAIS RIEDEL

PROFESSORA DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

# Governo prepara terreno para a capitalização

### ■ Qual o impacto da reforma da Previdência para o conjunto dos trabalhadores?

É uma reforma muito complexa, que envolve temas diversos e não apenas os estritamente previdenciários, em sistemática inovadora de desconstitucionalização de direitos e constitucionalização de deveres. Assim, em vários pontos da reforma, se atribui a uma lei futura regulamentar direitos que hoje possuem *status* constitucional, e se cria um texto transitório que valerá até que essa futura lei seja editada.

A Proposta de Reforma da Constituição nº 6 de 2019 (PEC 6/2019) traz alterações significativas nas regras atuais, tanto no que se refere ao custeio do sistema previdenciário, quanto em relação aos requisitos para ter direito aos benefícios previdenciários e, principalmente, aos cálculos dos benefícios.

Esse novo mecanismo de desconstitucionalização de direitos certamente gera insegurança jurídica, porque tudo o que foi discutido agora, ao deixar de ter o status constitucional, poderá ser novamente alterado por meio de processo legislativo menos dificultoso, isto é, através de projeto de lei e não mais de emenda constitucional. Pelo texto transitório, observa-se claramente que já estão preparando o terreno para mudanças futuras ainda mais substanciais, como a capitalização obrigatória da previdência social. Então, certamente, virão novas mudanças em breve.

Muitas pessoas defendem ou criticam a reforma da Previdência no Brasil sem ao menos terem lido o texto apresentado pelo governo para votação no Congresso Nacional.



Diferentemente do que se tem divulgado na mídia, a reforma atinge também os mais pobres e não apenas os “privilegiados”.

Ela altera, além dos requisitos dos benefícios, a sua forma de cálculo de forma drástica, sem fazer a devida distinção entre os benefícios programados (aposentadoria por idade, por exemplo) e não programados (como aposentadoria por invalidez e pensões). Isso resulta em perdas substanciais nos valores dos proventos e aposentadorias e, principalmente, nas pensões. Na prática, os valores recebidos a título de benefício previdenciário sofrerão drástica redução, se adotadas as novas regras de cálculo propostas pela PEC 6/2019, podendo alcançar perdas superiores a 50% do valor dos benefícios atuais.

### ■ Especificamente para os servidores públicos federais, quão danosas serão as modificações instituídas?

Os servidores públicos federais, que já tiveram sua situação de previdência revista em várias reformas anteriores, também serão fortemente atingidos pela atual reforma da Previdência. Com a redução do patamar antigo da integralidade (garantia do recebimento da última remuneração) para o atual teto do INSS (R\$ 5.839,45) — pois o servidor que ingressou a partir de 2013 já está limitado a esse teto —, houve uma ruptura do modelo contributivo e protetivo anterior, com diminuição das futuras receitas e aumento temporário das atuais despesas, já que existem servidores que estão em pleno processo de transição das alterações anteriores.

Essa mudança de paradigma gera um custo de transição que o governo não está disposto a bancar. Então, a reforma achou a forma perfeita de cobrir esse déficit atuarial transitório: além da criação de alíquotas ordinárias progressivas (de 7,5% até 22%), instituiu a possibilidade da criação de contribuição extraordinária quando comprovada a existência de um déficit atuarial no regime previdenciário. Essa contribuição extraordinária será exigida apenas dos servidores públicos, para promover seu equacionamento, com possibilidade de extensão, inclusive, para os aposentados e pensionistas.

Em relação aos benefícios, a nova regra para aposentadoria voluntária será: idade mínima de 65 anos para homens e 62 para as mulheres; tempo de contribuição de 25 anos, incluindo ainda a obrigatoriedade de 10 anos no serviço público e 5 no cargo, e cálculo proporcional ao tempo trabalhado, em que será feita uma média aritmética de todo o período contributivo, a partir da competência de julho 1994. Sobre ela incidirá uma alíquota de 60% que será acrescida em 2% por ano que supere 20 anos de contribuição (ou seja, só se aposentará com 100% quem contribuir por 40 anos). Esse mesmo cálculo será utilizado no caso da aposentadoria por invalidez (que passa a se chamar aposentadoria por incapacidade permanente).

A pensão por morte também tem mudança drástica. Pela nova regra (válida para todos os óbitos ocorridos após a promulgação da Emenda Constitucional da Reforma da Previdência), o valor da pensão corresponderá a 50% do valor da aposentadoria do servidor inativo falecido ou da aposentadoria por invalidez a que teria direito o servidor público ativo falecido, acrescido de uma cota de 10% por dependente, até o máximo de 100%. Esse cálculo por vezes representa, a depender do caso concreto, uma redução de mais da metade do valor que seria devido, se o óbito ocorresse antes da reforma. E para agravar ainda mais a situação, essas cotas não são reversíveis,

de modo que o valor da pensão poderá ser reduzido ao longo do tempo, conforme a cessação da cota de cada dependente.

Outro ponto sensível da reforma é o acúmulo de proventos, pois haverá limites nas acumulações permitidas conforme o valor dos benefícios. Melhor explicando, se houver dois servidores públicos aposentados casados e um deles falece, é assegurado o direito ao valor integral do benefício mais vantajoso e de uma parte do outro benefício, apurada cumulativamente de acordo com as seguintes faixas: I — 80% do valor igual ou inferior a um salário mínimo (SM); II — 60% do valor que exceder um salário mínimo, até o limite de 2 SM; III — 40% do valor que exceder dois salários mínimos, até o limite de 3 SM; IV — 20% do valor que exceder três salários mínimos, até o limite de 4 SM; V — 10% do valor que exceder quatro salários mínimos. Na hipótese de extinção de benefício mais vantajoso, será restabelecido, a partir da data de extinção, o pagamento do segundo benefício mais vantajoso, indicado pelo interessado, pelo seu valor total.

### ■ Quais são os principais aspectos da reforma da Previdência que podem ser questionados judicialmente?

Um ponto que tem sido muito criticado é a criação de alíquotas progressivas para a contribuição ordinária, que poderá ainda ser somada a uma contribuição extraordinária, cuja alíquota ainda não está definida, a ser apurada em caso de déficit atuarial do regime próprio de previdência. Isso porque, em conjunto com a carga tributária já existente, como imposto de renda em até 27,5%, a cobrança dessas alíquotas poderá ser configurada como confisco, instituto que é vedado pela Constituição Federal e por jurisprudência do STF.

Esse tema é mais sensível no cenário atual, no qual ainda não existe a unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores da União, entidade que deveria ser a responsável por apurar essas alíquotas e eventuais déficits. Outros pontos que também podem ser questionados dizem respeito aos novos requisitos para acesso aos benefícios, forma de cálculo e direitos adquiridos, a depender da interpretação a ser adotada pela Administração Pública nos casos concretos.

### ■ Qual o segmento da sociedade brasileira que arcará com a maior parte desta “economia”?

Com base no ajuste fiscal, que justificaria a diminuição de despesas e o aumento de arrecadação, a PEC 6/2019 trouxe uma novidade que foi a cobrança progressiva das alíquotas das contribuições previdenciárias, conforme a renda do trabalhador ou servidor público.

Nesse ponto, cria faixas contributivas que vão de 7,5% (para quem recebe até um salário mínimo) a 22% (no caso de servidor com remuneração maior que o teto constitucional). Isso permite o governo afirmá-la uma aposentadoria mais justa, pois quem ganha mais pagará mais do que quem ganha menos.

Entretanto, quando se verificam as regras de acesso e, principalmente, de cálculo dos benefícios previdenciários, percebe-se que a camada pobre da população também terá redução drástica dos valores a serem recebidos. Então não se pode dizer que ela acaba com as desigualdades sociais.

Tanto é que a maior economia da reforma será no Regime Geral de Previdência Social, em que as pessoas recebem entre um salário mínimo (R\$ 998,00) e o teto do INSS (R\$ 5.839,45, em 2019). Como, em média, esses trabalhadores recebem R\$ 1.400,00 em suas aposentadorias, reduzir esse patamar de renda trará sim maior pobreza para a população. E quem recebe salário mínimo, que, em tese, pagaria uma alíquota menor para se aposentar (7,5% e não mais 8% como é hoje) com a Nova Previdência, no fim das contas, também pagará mais para se aposentar, pois deverá contribuir por mais tempo (20 anos e não mais 15 anos).

Os mais prejudicados serão aqueles que hoje possuem regras específicas de aposentadoria, como as mulheres; professores e os trabalhadores que trabalham em condições especiais, como agentes insalubres e perigosos. Isto porque a PEC traz requisitos de acesso mais rígidos do que os atuais e generaliza o critério de cálculo da aposentadoria voluntária geral para todas as aposentadorias especiais, fazendo com que a aposentadoria concedida em menos tempo de contribuição, por conta do maior risco no trabalho, acabe sendo em valor menor, o que gerará prejuízos financeiros para essa população.

### ■ O que acontece com a Funpresp e com o patrimônio dos seus contribuintes?

Em relação à Previdência Complementar dos servidores públicos, a PEC 6/2019 obriga a sua criação em todos os entes da federação e retira a sua natureza pública, na medida em que poderá ser administrada por entidade aberta de previdência complementar, e não apenas por entidades fechadas como é hoje.

Entretanto, até que seja disciplinada a relação entre União, estados, Distrito Federal e municípios e as entidades abertas de previdência complementar, somente entidades fechadas de previdência complementar estão autorizadas a administrar planos de benefícios por eles patrocinados. Então, ao longo do tempo, provavelmente, a Funpresp perderá a exclusividade na gestão dos planos de previdência complementar dos servidores públicos, com possibilidade de migração dos servidores

para outros fundos privados, tudo conforme nova lei a ser editada sobre o tema.

### ■ Quais são as regras de transição para os servidores — considerando aqueles que entraram antes de 2004, entre 2004 e 2013, e depois de 2013?

Existem duas regras de transição. A primeira, que exige idade mínima (56 anos de idade para mulheres e 61 anos de idade para homens), tempo mínimo de contribuição de 30 anos para as mulheres e 35 anos para os homens; 20 anos de serviço público e 5 anos no cargo e pontuação (86 pontos para as mulheres e 96 para homens). Mas a idade mínima e a pontuação vão aumentando ao longo dos anos, até chegarem em 100/105 pontos. Só terá direito à paridade e integralidade os servidores públicos que entraram antes de 2003 e alcançarem a nova idade mínima (65 anos, para homens, e 62 anos, para mulheres).

A segunda regra de transição, incluída ao longo do trâmite da PEC 6/2019 no Congresso, traz como requisitos idade mínima (57 anos de idade para mulheres e 61 anos de idade para homens), tempo mínimo de contribuição de 30 anos para as mulheres e 35 anos para os homens; 20 anos de serviço público e 5 anos no cargo e pedágio de 100%, ou seja, exigência de um período adicional de contribuição correspondente ao tempo que, na data de entrada em vigor da emenda, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição atual (30 anos para mulheres e 35 anos para os homens). Nessa regra, há a garantia à integralidade e à paridade para os servidores que ingressaram no serviço público até 2003.

São extintas as atuais regras de transição da EC 41/2003 e EC 47/2005, sendo mantido o direito adquirido aos servidores que já tiveram completados os requisitos para essas modalidades de aposentadoria.

### ■ A reforma poderá impactar na prestação dos serviços públicos e na atratividade do setor para os profissionais? A sociedade será mais uma vez penalizada?

Certos direitos que eram incentivos para a carreira pública deixam gradativamente de existir. Uma consequência possível será a menor procura pelo serviço público ou essa procura passar a ser feita por pessoas menos qualificadas, que não consigam despontar no mercado privado, o que pode comprometer a qualidade do serviço público prestado à população. 🚩

**Doutoranda em Direito Constitucional, com mestrado em Direito Previdenciário, Thais Riedel é presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDPREV)**

# APAGÃO COMPROMETE POLÍTICAS PÚBLICAS



ALEGANDO FALTA DE RECURSOS,  
GOVERNO RESTRINGE  
ESCOPO DAS PESQUISAS,  
PREJUDICANDO O COMBATE À  
FOME, À DESIGUALDADE E AO  
DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA

JEFFERSON GUEDES

A informação estatística cumpre papel fundamental em todas as fases de implementação das políticas públicas. Grandes conquistas da sociedade brasileira, como a universalização da educação básica e a criação de um sistema público de saúde, só se tornaram viáveis porque havia dados de boa qualidade coletados e analisados pelo IBGE e por outras instituições de planejamento e estatística.

O governo Bolsonaro não pensa dessa forma. “Não se passa um mês sem que o presidente questione os índices de desemprego do IBGE, dizendo que foram feitos para enganar a população e discutindo até mesmo os métodos de pesquisa”, afirma Luanda Botelho, coordenadora da Associação dos Servidores do IBGE (Assibge).

O questionamento, porém, não se limita ao IBGE. Em maio, o governo decidiu vetar a divulgação dos dados coletados pela Fiocruz no 3º Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira. Motivo: a fundação não confirmou a existência de uma “epidemia das drogas”, contrariando a posição do ministro da Cidadania, Osmar Terra, sobre o tema.

Dois meses depois, Bolsonaro levantou dúvidas sobre os dados a respeito do desmatamento na Amazônia, divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Assim como o censo da Fiocruz sobre drogas questiona a nova política para a área, o trabalho do Inpe

colocou em evidência o aumento nas taxas de desmatamento, o que, por sua vez, é o resultado esperado de um projeto político que visa a anular a fiscalização ambiental, acabar com as áreas protegidas e reduzir as demarcações de terra indígena.

### CONTROLE DOS DADOS

Tais exemplos não são casos isolados. A cada dia que passa, o governo emite sinais de que pretende controlar a coleta e a divulgação de informações de qualidade que poderiam colocar em xeque as ações do próprio governo. É o que está sendo chamado de apagão estatístico.

Impulsionado pelos espasmos verbais de Bolsonaro, esse apagão ganhou ares de política de governo em fevereiro. Durante a cerimônia de posse, no Rio, da nova presidente do IBGE, Susana Cordeiro Guerra, o ministro da Economia, Paulo Guedes, sugeriu que o instituto venda suas sedes a fim de obter recursos para realizar o Censo 2020. Além de sinalizar que não haveria verba orçamentária garantida para o levantamento decenal, Guedes propôs uma mudança metodológica que rompe com a lógica de tudo que o IBGE havia planejado:

“Vamos tentar, pelo amor de Deus, simplificar. O censo dos países ricos tem dez perguntas, o censo brasileiro tem 150, e o censo do Burundi tem 360. Se perguntar demais você vai acabar descobrindo coisas que nem queria saber. Sejam espartanos, façamos as coisas mais compactas e vamos tentar de toda forma ajudar”, disse ele.

Três meses depois, Guerra apresentou uma nova versão do questionário do Censo 2020, com cortes drásticos. Produzido sem debate com o corpo técnico do IBGE, os cortes afetaram tanto o questionário da amostra (mais extenso, aplicado em apenas 10% dos domicílios)

quanto o questionário básico do Censo.

As mudanças foram alvo de inúmeras críticas de especialistas da área. A começar pelo *timing* das alterações feitas, uma vez que o planejamento de um censo demográfico demanda pelo menos 3 anos de preparação. É uma operação de grande complexidade, que exige testes e ajustes do questionário, sem falar no treinamento dos 200 mil técnicos contratados para recensear os mais de 65 milhões de domicílios brasileiros dispersos em mais de 5 mil municípios.

Sendo assim, um governo que funcione com um mínimo de racionalidade deveria saber que alterar as regras em cima da hora compromete a excelência do Censo, trazendo prejuízos significativos à produção dos indicadores censitários utilizados na formulação de políticas públicas. O ministro Paulo Guedes, contudo, não parece preocupado com a qualidade do levantamento. Tampouco a presidência do IBGE.

### CENSO COMPROMETIDO

Os estragos causados pelo enxugamento do Censo serão significativos. A desigualdade entre os municípios, por exemplo, pode ser ampliada, pois os cortes nos questionários prejudicam projeções e estimativas populacionais. Existe, inclusive, a possibilidade de distorções nas transferências de verba pública que dependem destes dados, como os Fundos de Participação dos Municípios e dos Estados.

A saúde dos brasileiros é outra área bastante afetada pelas mudanças no Censo. A demógrafa Dália Romero, pesquisadora da Fiocruz, entende que vários levantamentos podem ser comprometidos pela supressão da pergunta que verificava o local onde residiam os moradores que migraram. Verificar a origem dos migrantes permite uma compreensão maior dos fluxos migratórios.

Dália Romero critica também o fato de que apenas o rendimento da pessoa responsável pelo domicílio será auferido no Censo 2020. A informação sobre a renda familiar é utilizada, atualmente, para calibrar as pesquisas amostrais do IBGE, de modo que a falta dela no questionário básico implicará ou em perda de qualidade, ou ainda na necessidade de ampliar essas amostras, incorrendo em novos custos.

“Na área da saúde, precisamos da informação da renda de cada integrante do domicílio”, explica a pesquisadora da Fiocruz. A impossibilidade de saber a renda de cada morador limitará estudos sobre desigualdade de renda e distribuição geográfica da pobreza. Além disso, essa informação é importante para balizar pesquisas amostrais do IBGE, como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

Há outro agravante, segundo o professor Paulo Jannuzzi, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE. A Pnad oferece dados importantes para o acompanhamento de nossa realidade, mas não chega aos rincões do país onde se encontram as populações mais vulneráveis. O conhecimento das informações coletadas pelo Censo no nível municipal é fundamental para a precisão das decisões governamentais acerca da aplicação de programas e políticas públicas, permitindo o adequado direcionamento dos recursos orçamentários. Trata-se, avalia Jannuzzi, de um instrumento essencial para a construção de estratégias de médio e longo prazo para o enfrentamento da pobreza.

Dália Romero menciona o exemplo de um idoso que recebe um valor maior em aposentadoria do que os demais integrantes do núcleo familiar, sem ser, formalmente, o chefe do domicílio, pois o título ficaria com seu genro ou seu filho, o homem adulto com a função social de



*Quando se esperaria que a discussão pública sobre o Censo 2020 fosse tratar de quais novos temas deveriam ser levantados para atender as agendas de políticas públicas do século XXI, inicia-se um processo de retirada de quesitos, retrocedendo o escopo investigativo para algumas décadas atrás.*

**PAULO JANNUZZI**  
PROFESSOR DA ESCOLA  
NACIONAL DE CIÊNCIAS  
ESTATÍSTICAS DO IBGE



provedor, por exemplo. “O idoso pode ter ido morar com parentes, porque precisa de cuidados, e ele contribui no orçamento, dando ajuda econômica, mas você é o chefe. Isso é um exemplo da dificuldade para definir quem é o responsável financeiro no domicílio”, avalia.

O exemplo dos idosos é importante também, segundo ela, para analisar o impacto de outra mudança no Censo, que foi o corte das perguntas que permitiam, no questionário da amostra, identificar se os moradores de determinado domicílio recebiam benefícios, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa Família.

“A partir da segunda década dos anos 2000, aumentou muito a cobertura do BPC. Temos trabalhos que mostram que os domicílios onde há idosos que recebem BPC são menos pobres. E como que a gente soube disso? Com o Censo. É nossa única fonte”.

### INFORMAÇÕES INCÔMODAS

Outro corte do questionário da amostra que terá graves consequências é o quesito referente ao valor de aluguel dos domicílios. O peso do aluguel no orçamento familiar é uma informação riquíssima, usada para os municípios estimarem o déficit habitacional, explica Jannuzzi. É uma perda que não pode ser compensada por pesquisas amostrais, pois só o Censo poderia produzir os resultados para cada município e bairro das grandes cidades, informações absolutamente fundamentais para o desenho das políticas habitacionais.

Para o professor do IBGE, não se trata somente de uma questão técnica. “Ao retirar informação de qualidade do censo demográfico, o governo compromete um conjunto de políticas públicas”. Portanto, é essencial obter informações sobre o segmento da sociedade que dedica uma

parcela significativa da sua renda para o pagamento do aluguel. Sem essa pergunta, simplesmente não será possível fazer planejamento habitacional.

Ele lembra também outra pergunta fundamental retirada do questionário da amostra: a que permitiria identificar, no caso dos moradores que frequentam creche, se a rede de ensino é privada ou pública. Este quesito é importante para caracterizar o estudante e a rede de ensino que ele frequenta, além de identificar os locais onde há necessidade de ampliar a rede pública. “A grande demanda dos

municípios hoje, na educação, é a oferta de creche. Até para emancipar a mãe do Bolsa Família, ela precisa colocar a criança na creche para poder voltar a trabalhar”, afirma. E acrescenta: “É verdade que o censo pergunta se a criança está em creche, mas não identifica a modalidade, se é pública ou privada, uma informação importante para ver que município fez um esforço maior neste sentido”.

“Quando se esperaria que a discussão pública sobre o Censo 2020 fosse tratar de quais novos temas deveriam

ser levantados para atender as agendas de Políticas Públicas do século XXI, inicia-se um processo de retirada de quesitos, retrocedendo o escopo investigativo para algumas décadas atrás”, lamenta Jannuzzi.

### MUNICÍPIOS À DERIVA

Apesar das numerosas críticas à mutilação do Censo, a direção do IBGE segue defendendo a ideia de que é possível buscar os dados suprimidos em outras fontes. Duas soluções foram apresentadas. Em primeiro lugar, o IBGE propõe

“a potencialização das pesquisas amostrais” como a Pnad.

A segunda alternativa estaria na investigação, pelo instituto, do conjunto de registros administrativos disponíveis, notadamente os dados referentes a nascimentos, casamentos, óbitos, além de Anuários Estatísticos, como o da Dataprev, que hospeda bancos de dados sociais do governo federal oriundos da concessão e pagamento de benefícios. Outra fonte seria os Relatórios Anuais de Informação Social (Rais), de responsabilidade do Ministério da Economia,

que apresentam um registro contínuo do mercado formal de trabalho.

Luanda Botelho, coordenadora da associação do IBGE, explica que o instituto estuda essas alternativas há muitos anos, mas as avaliações técnicas indicam que elas não têm capacidade de substituir, em curto prazo, as informações colhidas pelo Censo.

“É preciso colocar em perspectiva o federalismo brasileiro com três níveis de governo e uma série de políticas executadas em nível municipal. E a Pnad só recolhe informações de estados

e capitais. Não tem condições, no momento, de fornecer o dado municipal, que é onde está o registro das grandes desigualdades normalmente captadas pelo Censo” questiona.

A seu ver, seria preciso um grande investimento nas pesquisas amostrais para compensar as lacunas deixadas pelo enxugamento do Censo. Ela cita o exemplo do Australian Bureau of

## INPE: AMAZÔNIA EM PERIGO

A demissão de Ricardo Galvão do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em agosto, após a divulgação de informações sobre a ampliação do desmatamento, trouxe o receio de um apagão ambiental de proporções catastróficas. Antes de sua saída, Galvão disse que não iria tomar as agressões de Bolsonaro pelo lado pessoal por achar que havia um esquema para desacreditar o trabalho do Inpe.

Na época, o ministro de Ciência, Tecnologia e Inovação, Marcos Pontes, divulgou nota oficial defendendo a revisão das pesquisas sobre desmatamento e confirmando a tese de que as críticas do presidente não se tratavam apenas de um ataque ao diretor do instituto.

O ministro colocou-se ao lado do presidente ao compartilhar a estranheza de Bolsonaro quanto à variação percentual dos últimos resultados sobre o desmatamento na Amazônia. Por causa disso, Pontes solicitou ao Inpe um relatório técnico completo contendo os resultados da série histórica dos últimos 24 meses, assim como informações detalhadas sobre os dados brutos, a metodologia aplicada e quaisquer alterações significativas desses fatores no período. O relatório, acrescentou o ministro, será analisado conjuntamente por técnicos dos ministérios de Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, além de especialistas

do Inpe, “sempre visando a melhoria continuada do monitoramento e preservação ambiental, assim como o aperfeiçoamento das ferramentas e metodologias empregadas no sistema”.

“Aperfeiçoar a metodologia”, neste contexto, é um eufemismo para um novo apagão estatístico na política ambiental. A questão mais preocupante é: qual a extensão da proposta de Pontes no que diz respeito ao Inpe?

Não se sabe ao certo. Segundo Cláudio Almeida, coordenador do Programa de Monitoramento da Amazônia e Outros Biomas (PAMZ+) do Inpe, o ruído entre o governo e o Inpe ficou circunscrito à demissão de Galvão. “Nada muda na produção de dados”, afirma. O diretor interino do Inpe, Darcton Policarpo Damião, que substituiu Galvão, assegurou aos funcionários que não haverá mudança de metodologia.

“A única mudança é que voltamos a ter um *delay* de uma semana na divulgação dos dados públicos”, explica Almeida. Isso significa que a primazia no acesso aos dados é do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Permanece, no entanto, a dúvida sobre quem será efetivado como diretor. A nomeação do sucessor de Galvão não é de livre decisão do ministro Marcos Pontes nem de Bolsonaro. O regimento interno do

Inpe permite ao ministro nomear um diretor interino, mas o escolhido que ficará à frente do Inpe virá de uma lista tríplice elaborada por um comitê formado por cinco especialistas. Até o fechamento desta edição, Pontes não havia convocado o comitê.

### ÓRGÃO DESVALORIZADO

Ainda que o governo siga o regimento do Inpe e escolha um nome oriundo da lista tríplice, o futuro da instituição está em risco. Os números são eloquentes. Até a primeira quinzena de maio, o instituto enviou 3.860 alertas de desmatamento aos órgãos ambientais de fiscalização. Enquanto isso, a fiscalização do Ibama realizou somente 850 autuações na Amazônia legal. O déficit de fiscalização tem um motivo bem simples: falta de pessoal.

Curiosamente, investir no Inpe seria uma forma inteligente de compensar esta carência de pessoal. Cláudio Almeida explica que, atualmente, o Programa de Monitoramento da Amazônia não consegue monitorar como está sendo usada a área que foi desmatada. Com o orçamento anual do programa, de R\$ 3,5 milhões anuais, é possível fazer um levantamento rápido de alertas de evidências de alteração da cobertura florestal na Amazônia. Saber o destino da área desmatada abriria novas possibilidades para ações do Ibama contra desmatadores.

A ampliação do programa é possível, já aconteceu

no passado recente, mas depende de recursos extras. O Fundo Amazônia, que tem recursos doados por países desenvolvidos, chegou a bancar parte do excedente orçamentário de que o Inpe necessita. A questão é que mesmo o Fundo Amazônia vive um momento de incerteza por conta da queda de braço entre Bolsonaro e os governos europeus. Esta falta de continuidade, por sinal, preocupa o coordenador do Programa de Monitoramento da Amazônia. “O que acontece com o trabalho se acabar o orçamento?”, indaga Almeida.

O fato é que o Inpe continua sendo um pedra no sapato do governo Bolsonaro. Justamente por isso, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, vem defendendo a contratação de uma empresa privada para monitorar a Amazônia. O Ibama inclusive abriu um edital com este fim em 21 de agosto. Um mês depois, o ministro Pontes afirmou, em conversa com senadores, que a contratação está suspensa conforme acordado com o ministro Salles. “Ele concordou em, antes de contratar qualquer empresa privada, fazer um teste para utilizar o sistema que nós já temos”, afirmou Pontes.

Enquanto o governo bate cabeça, o Inpe segue honrando seu trabalho, reconhecido internacionalmente. O “x” da questão é que não há uma visão de futuro consistente, por parte do governo, para as políticas públicas.

Statistics, que mantém uma produção estatística voltada exclusivamente para a pessoa com deficiência. A principal pesquisa amostral neste sentido é a que traça o perfil demográfico e socioeconômico não só dos australianos com deficiência, mas também dos idosos, das pessoas com problema de saúde permanente e dos moradores responsáveis pelos cuidados dos três grupos avaliados.

No dia em que o Brasil chegar nesse estágio, poderá ter um censo mais enxuto. Por ora, defende Jannuzzi, é preciso resistir ao desmonte das políticas públicas, o que implica em resistir também ao empobrecimento temático do Censo 2020.

Há sinais, na Câmara dos Deputados, de avanço dessa resistência. Durante a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias na Câmara, em agosto, o Psol conseguiu aprovar uma emenda do deputado fluminense Marcelo Freixo que garante os recursos necessários para a realização do Censo. Freixo utilizou como parâmetro a informação dos técnicos do IBGE, que afirmam serem necessários R\$ 3,2 bilhões para a realização do Censo 2020. O governo, porém, pretende destinar somente R\$ 1,4 bilhões.

Para a demógrafa Dalia Romero, o que está em jogo é o direito à informação. É preciso ter identidade com essa luta, afirma, e valorizar o trabalho dos pesquisadores. “As pessoas se mobilizam quando se fecha um hospital, mas ainda é difícil vê-las protestando na rua pelo direito à informação. Ter consciência sobre isso faz toda a diferença. A forma mais comum de apagar a luta é apagar a informação”. 

## INEP

## SEM PLANO ESTRATÉGICO

A instabilidade em alguns setores do governo vem dificultando a execução de um plano estratégico mais robusto. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que completou 82 anos em 2019, é uma das autarquias que mais se ressentem disso. “Estamos no quarto presidente só este ano e, com isso, trabalhamos apenas com o dia a dia, não há planejamento estratégico”, afirma o professor João Horta Neto, pesquisador da Diretoria de Avaliação da Educação Básica do Inep.

É verdade que a posse de Marcus Vinícius Rodrigues como presidente do Inep, em 30 de janeiro, apontava para outra direção. Assim que assumiu, Rodrigues apresentou uma proposta de modernização do instituto que seria implantada de forma conjunta entre os especialistas e gestores do Inep. Uma queda de braço entre o Inep e o MEC, porém, provocou a saída de Rodrigues. O pivô foi a Portaria do MEC, de 25 de março, que suspendeu o Exame Nacional de Avaliação da Alfabetização de crianças até 2021. Alunos do 2º ano do ensino fundamental ficariam de fora das provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica elaboradas pelo Inep.

A medida surpreendeu profissionais da área de educação básica pois, sem a avaliação, o Brasil não teria o registro de quantas crianças já foram alfabetizadas e não poderia monitorar regiões onde há deficiências de aprendizagem. Incomodado com a repercussão negativa, o MEC decide revogar a portaria no dia seguinte. O ministro Ricardo Vélez Rodríguez alegou não ter sido informado sobre a portaria, uma iniciativa gestada pelo secretário nacional de Alfabetização do próprio ministério, Carlos Nadalim. Quem acabou pagando o pato pela confusão foi o então presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues, demitido por Vélez no dia 26 de março.

Para piorar as coisas, o sucessor de Rodrigues, Elmer Coelho Vicenzi também não durou muito tempo: assumiu em 26 de abril e foi demitido em 16 de maio. Desta vez o pivô da demissão foram relatórios internos da autarquia que contrariavam pedido do MEC para usar dados sigilosos de alunos na emissão de uma nova carteira estudantil, que seria digital. A intenção do ministro Abraham Weintrub era esvaziar o poder de entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE), que têm na emissão das carteiras sua maior fonte de receita. O escolhido para substituir Vicenzi no Inep, Alexandre Ribeiro Lopes, também não tem experiência em educação. É servidor de carreira como analista de comércio exterior.

Os desafios no Instituto são enormes, a começar pela falta de pessoal, como relata João Horta Neto. Mesmo com os dois concursos realizados em 2008 e 2013, entre 30% a 40% dos servidores que entraram já deixaram o Inep, a maioria deles aprovados em outros concursos cujas carreiras eram mais atraentes do ponto de vista financeiro. Além de sobrecarregar os servidores remanescentes, a carência de funcionários provocou a contratação de terceirizados fora do Inep. Incertezas à parte, é consenso entre os especialistas de que o Inep é fundamental para a melhoria da educação brasileira. Contudo, o instituto precisa trabalhar em bases mais sólidas, o que fica inviável enquanto o governo não suprir a falta de pessoal.

## ARTIGO

O CRESCIMENTO DA POBREZA  
E A AUSÊNCIA DE DADOS

FRANCISCO MENEZES

Existe um consenso na gestão pública de que o acompanhamento sistemático e consistente de dados a respeito das diferentes áreas que lhes são objetos é mecanismo indispensável para a avaliação e a melhor definição sobre as políticas aplicadas. Ou existia esse consenso. Porque nesse quesito o atual governo também inova. Ele não gosta desse tipo de informação. E é o que demonstra, de forma explícita, até aqui.

Isso vem ocorrendo em diversas áreas, entre elas a social. Ao mesmo tempo em que aparecem evidências de que a pobreza e a desigualdade voltaram a crescer no Brasil, os dados e indicadores sociais vão se tornando mais raros, ou são divulgados com grande atraso, correndo o risco de já não retratarem a realidade mais recente. Sobre esse âmbito o governo conta com a excelência de institutos como o IBGE. No entanto, não tira partido daquilo que dispõe. Já foram algumas vezes que o presidente da República desqualificou os dados sobre emprego, que o IBGE apura pela Pnad Contínua e divulga trimestralmente. Desqualifica porque não gosta dos resultados. O ministro da Economia seguiu o mesmo caminho, ao tentar justificar os cortes no Censo 2020, argumentando que “se perguntar demais vai descobrir coisas que não quer saber”.

Mais do que nunca, o Brasil precisa contar com a competência de seus institutos e a presteza na disponibilidade de dados e indicadores para o monitoramento da pobreza e da desigualdade. Até o ano passado, o módulo de Rendimento de Todas as Fontes da Pnad Contínua era divulgado em abril, trazendo os dados sobre rendimentos do ano anterior. Em 2019, só viemos a conhecer os resultados de 2018 agora, em outubro. O que se viu não foi bom, mas era necessário saber. Cresceu a desigualdade, os mais ricos ficaram mais ricos e os mais pobres tornaram-se ainda mais pobres. Segundo os dados agora divulgados, o contingente que, em julho de 2018, tinha renda *per capita* igual ou inferior a R\$ 106,14 por mês, não cessou de crescer. Se em 2014 eram 3,5%, em 2018 já chegaram a 5,8% da população. Em outras palavras, trata-se de uma proporção cada vez maior de nossa população em situação de miséria.

Uma informação dura, mas essencial para que se repense as políticas que vem sendo aplicadas.

O crescimento da pobreza e da desigualdade em 2018 não foi um acidente de percurso. Ele já ocorre desde 2015, a partir de quando foram tomadas medidas que se autointitularam de austeridade, mas que vêm resultando em um altíssimo preço para a população em maior vulnerabilidade. O déficit fiscal não dá mostras de se resolver, apesar da draconiana emenda constitucional conhecida como do corte dos gastos. Foi prometida a retomada do emprego, com a reforma trabalhista, mas isso não ocorreu e aprofundou-se a precarização do trabalho. E as reformas da Previdência e tributária, em curso no Congresso Nacional, prometem o equilíbrio fiscal e o desenvolvimento, escondendo quem sai ganhando e quem perde com elas.

Os cortes orçamentários recaem em todas as áreas. Na área social representam o desmonte de vários programas que alcançaram reconhecimento internacional, como aqueles relacionados com a segurança alimentar e nutricional, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e o Programa de Cisternas do Semiárido. A ameaça do Brasil voltar ao Mapa da Fome vai se concretizando, sem que se veja a tomada de medidas que evitem esse retrocesso. Os dados recém divulgados pelo IBGE revelaram a redução de famílias que recebem o repasse do Programa Bolsa Família, quando em um quadro de crescimento da extrema pobreza o que deveria ocorrer seria exatamente o contrário, considerando-se, inclusive, o baixo custo do programa. Enfim, de uma rede de proteção social que vinha se constituindo, assiste-se agora a seu desmanche.

Pesquisas que informam sobre esse preocupante quadro são imprescindíveis para que se amplie o debate acerca dos rumos que estão sendo tomados. Na leitura de seus resultados é um engano justificá-los como uma consequência inevitável da crise, como frequentemente vem sendo mencionado. É preciso que também se discutam os efeitos das escolhas políticas para seu enfrentamento. 

(\*) FRANCISCO MENEZES é economista, pesquisador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e consultor de ActionAid Brasi

# COAF NO BC GANHA AUTONOMIA, MAS PERDE FORÇA

MEDIDA PROVISÓRIA 893  
RECEBEU SEVERAS CRÍTICAS  
NO CONGRESSO NACIONAL  
POR REPRESENTAR  
UM RETROCESSO NO  
COMBATE À CORRUPÇÃO.

ALEXANDRE MEDEIROS



**A**penas nos oito primeiros meses de 2019, sob o governo Jair Bolsonaro, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) passou por mais mudanças do que ao longo de seus 20 anos de história. Criado em 1998, com a missão primordial de prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo, o órgão sofreu seu mais duro revés com a Medida Provisória 893, publicada em 20 de agosto. Não só perdeu o nome — foi rebatizado como Unidade de Inteligência Financeira (UIF) — como deixou o Ministério da Economia e passou a ser subordinado ao Banco Central, entre outras alterações. Aliada a outras tentativas de ingerência do governo Bolsonaro em instituições como a Polícia Federal e a Receita Federal, a MP 893, segundo críticas de especialistas e de parlamentares da esquerda à direita, representa um retrocesso no combate à corrupção no Brasil.

Constituída para avaliar a MP 893 — que já está em vigor, pois tem força de lei —, uma comissão mista do Congresso Nacional, presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP), nos últimos dois meses, apresentou severas críticas às mudanças. Uma das mais contundentes partiu do economista Maílson da Nóbrega, ministro da Fazenda (1988-1990) no governo José Sarney: “Eu não discuto as razões políticas pelas quais se fez a transferência do Coaf para o Banco Central. Mas, do ponto de vista administrativo, é uma

aberração. Não tem paralelo na história do país, talvez não tenha no mundo: órgãos de mesmo nível hierárquico, um subordinado ao outro. A vinculação do Coaf ao Banco Central significa uma redução da importância do Coaf”, avaliou Maílson, em audiência pública da comissão mista em 25 de setembro.

Na mesma audiência, o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Paulo Lino, disse que o ideal seria recusar integralmente a MP 893: “Ela é inconveniente, malfeita e trará problemas nos próximos anos”. Para o dirigente, a vinculação do Coaf ao Banco Central, como destacou o ex-ministro Maílson da Nóbrega, é descabida. “O Sinal entende que o Coaf deveria continuar subordinado ao Ministério da Economia. Se o governo quiser vincular o órgão à estrutura de outro ministério, como o da Justiça, o que já fez anteriormente, nós também discordamos, mas pelo menos há uma lógica. Contudo, dentro do Banco Central é inconcebível. Temos a certeza da capacidade técnica dos servidores do BC, da excelência nos trabalhos desenvolvidos pela instituição e não podemos deixar que uma MP, com o pretexto de dar maior segurança ao Coaf, coloque toda essa estrutura vitoriosa em risco.

### INCERTEZA GERA PARALISIA

Órgão até então pouco conhecido pela população, o Coaf ganhou evidência em dezembro de 2018, quando o Ministério Público Federal no Rio de Janeiro abriu investigação contra o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), filho mais velho de Jair Bolsonaro. A investigação tomou como base a operação “Furna da Onça”, deflagrada pela Polícia Federal em 8 de dezembro, que tinha entre suas principais bases um relatório do Coaf sobre movimentações financeiras suspeitas de

assessores parlamentares na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Entre eles Fabrício Queiroz, policial militar aposentado que trabalhou como motorista e assessor no gabinete do então deputado estadual Flávio Bolsonaro até outubro de 2018 — quando foi exonerado. O Coaf constatou movimentação atípica de R\$ 1,2 milhão na conta bancária de Queiroz entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017. A principal suspeita é a prática da chamada “rachadinha”, quando o servidor repassa parte ou totalidade de seu salário para o político que o contratou.

Em termos republicanos, como órgão de Estado que sempre foi, o Coaf fez o dever de casa. Constatou indícios de movimentações suspeitas e as encaminhou aos órgãos encarregados de investigá-los — a Polícia Federal e o Ministério Público. A partir da operação “Furna da Onça”, o MP no Rio de Janeiro passou a apurar o chamado “Caso Queiroz”, que ganhou repercussão nacional ao propagar a pergunta mais comentada nos últimos meses, diante do sumiço do ex-assessor de Flávio Bolsonaro: “Onde está o Queiroz?”.

O Coaf ganhou ainda mais evidência em julho, quando o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, em decisão monocrática, acatou pedido da defesa de Flávio Bolsonaro e suspendeu todas as investigações que tivessem como base o compartilhamento de dados oriundos de órgãos públicos — como o Coaf e a Receita Federal — com o Ministério Público sem autorização judicial prévia. Centenas de investigações em curso em todo o Brasil foram interrompidas. Em agosto, pouco mais de um mês depois da decisão de Toffoli, o presidente Jair Bolsonaro assinou a MP 893.

Com a fama, veio o ocaso. Segundo matérias dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, ambas de 19 de setembro, a produção dos Relatórios de Inteligência

Financeira (RIFs) pelo Coaf despencou mais de 80% desde a determinação de Toffoli. Fato agravado pela MP 893 e por outra decisão do STF, esta do ministro Gilmar Mendes, mais uma vez atendendo a pedido da defesa do filho mais velho de Jair Bolsonaro, de suspender as investigações do “Caso Queiroz” pelo Ministério Público no Rio de Janeiro, em 27 de setembro. A alegação era a de que os procuradores haviam prosseguido com as investigações mesmo depois da decisão de Dias Toffoli, em julho.

Para Kleber Cabral, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), todas essas mudanças interferiram no bom trabalho que o Coaf vinha desenvolvendo: “O Coaf havia passado por um processo de crescimento de seu quadro de servidores, investimentos, uma clara demonstração de valorização da atividade de inteligência financeira no país. As mudanças ocorridas desde o retorno do órgão para o Ministério da Economia e, depois, com as alterações trazidas pela MP 893, certamente afetaram negativamente os trabalhos em curso”, diz Kleber, referindo-se à breve passagem do Coaf pelo Ministério da Justiça, no início do governo Bolsonaro.

Especialista em combate à corrupção e sonegação fiscal, Kleber Cabral é crítico feroz da MP 893: “As mudanças na estrutura do Coaf representam um retrocesso no combate aos crimes de lavagem de dinheiro, corrupção, sonegação e outros ilícitos financeiros. Houve uma solução política com objetivo de acalmar os ânimos de personagens atingidos pela integração entre Coaf, Receita Federal e órgãos de persecução penal. A nova UIF poderia funcionar a contento no formato anterior, ligada ao ministro da Economia, ou ao ministro da Justiça, mas a nova estrutura, dentro do Banco Central, tende a dificultar os trabalhos”, sustenta.

A falta de clareza quanto ao orçamento da UIF foi outra falha observada na MP 893 pelo presidente do Sinal, Paulo Lino. “O texto não explicita qual será o orçamento do Coaf, de onde virão seus recursos. O Banco Central já está com seu orçamento contingenciado há algum tempo, o que impediu até de se fazer este ano a adequada manutenção de seus prédios. Ele vai poder assumir mais esse encargo? Se a fiscalização do Banco Central hoje sofre restrições em função da falta de orçamento para viagens e diárias, será que o Coaf não sofrerá isso também?”, indagou Paulo Lino.

### CRÍTICAS UNEM ESPECIALISTAS

A edição da MP 893 foi capaz de produzir um fato raro na vida nacional: a união de especialistas das mais diversas áreas e tendências e de parlamentares de campos opostos na política nas críticas a pontos obscuros da medida. Na audiência pública da comissão mista de 1º de outubro, o economista Afonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central no regime militar (1983-1985), fez coro às críticas de Maílson da Nóbrega, de



*O Sinal entende que o Coaf deveria continuar subordinado ao Ministério da Economia. Se o governo quiser vincular o órgão à estrutura de outro ministério, como o da Justiça, nós também discordamos, mas pelo menos há uma lógica. Contudo, dentro do Banco Central é inconcebível. Temos a certeza da capacidade técnica dos servidores do BC, da excelência nos trabalhos desenvolvidos pela instituição e não podemos deixar que uma MP, com o pretexto de dar maior segurança ao Coaf, coloque toda essa estrutura vitoriosa em risco.*

**PAULO LINO GONÇALVES**  
PRESIDENTE DO SINAL

quem divergia publicamente na condução da política econômica durante o governo José Sarney. Assim como Mailson, Pastore condenou a vinculação do Coaf ao Banco Central: “Se eu fosse hoje o presidente do Banco Central, não ia aceitar a entrada do Coaf. Uma coisa é combater lavagem de dinheiro, outra coisa é fazer política monetária. Estão misturando coisas incompatíveis”.

Para Pastore, tanto o Coaf quanto o Banco Central têm que ser fortalecidos em suas funções, “e não misturados”. “Não tem que fazer uma omelete com o Coaf e o Banco Central, é um erro enorme, gigantesco”, acentuou o economista. Na mesma audiência, o advogado Pierpaolo Cruz Bottini destacou que o relatório final da CPI dos Correios, de 2005, defendia mais autonomia ao Coaf e recomendava a sua transformação em uma Agência Nacional de Inteligência



*Eu não discuto as razões políticas pelas quais se fez a transferência do Coaf para o BC. Mas, do ponto de vista administrativo, é uma aberração. Não tem paralelo na história do país, talvez não tenha no mundo: órgãos de mesmo nível hierárquico, um subordinado ao outro.*

**MAILSON DA NÓBREGA**  
MINISTRO DA FAZENDA NO  
GOVERNO JOSÉ SARNEY



Financeira: “Na contramão dessa defesa da autonomia do órgão, a vinculação do Coaf ao Banco Central é um retrocesso institucional e vai trazer insegurança jurídica”, advertiu o advogado.

Outro ponto duramente criticado da MP 893 está na possibilidade de indicação de pessoas de fora do serviço público para compor o conselho deliberativo do Coaf, anteriormente formado apenas por servidores de carreira do Estado. Pelo menos nove emendas parlamentares exigem a retirada dessa alteração do texto. A discordância praticamente unânime levou o relator da MP 893, deputado Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR), a acatar o consenso e excluir essa mudança de seu relatório final.

O texto original permite que o presidente do Banco Central, indique para integrar o conselho deliberativo da UIF “cidadãos brasileiros com reputação ilibada e reconhecidos conhecimentos na temática”. Em nota técnica assinada pelas subprocuradoras-gerais da República Luiz Cristina Fonseca Frischeisen e Maria Iraneide Facchini, divulgada em 8 de outubro, o Ministério Público Federal alerta: “A MP sugere que o novo órgão seja composto por indicações políticas, sujeito, portanto, à indesejável interferência externa por poder ser integrado por pessoas estranhas aos quadros da Administração Pública, em desconspasso com a natureza técnica da UIF que sucede ao Coaf”.

Na audiência pública da comissão mista de 24 de setembro, o procurador-geral do Banco Central, Cristiano Cozer, tentou defender a mudança, alegando que as pessoas de fora seriam técnicos especializados em informática ou tecnologia da informação. Mas foi prontamente rebatido pela subprocuradora-geral da República, Luiza Fonseca Frischeisen: “Isso não está escrito no texto da medida provisória”.

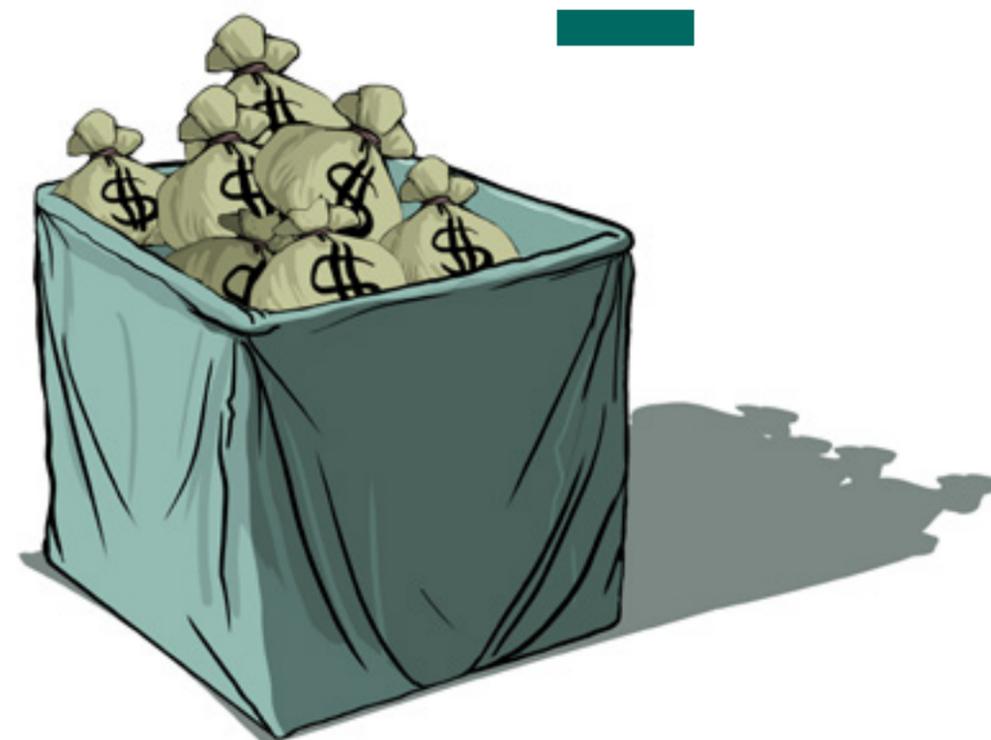
Luiza lembrou ainda que o Coaf segue as resoluções do Grupo de Ação Financeira Internacional contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento ao Terrorismo (Gafi), que estabelece diretrizes para todas as unidades de inteligência financeira dos países que integram o órgão, como o Brasil. Qualquer mudança que interfira na autonomia dessas unidades, conforme rege o Gafi, pode trazer sérias consequências, entre elas a redução da nota do Brasil pelas agências internacionais de análise de risco. “Não atender às resoluções do Gafi afasta os investimentos do país. A recomendação 29 do Gafi diz para que servem os relatórios de inteligência

financeira, que têm de ser compartilhados com as instituições que devem investigar e fazer a persecução penal”, explicou. O Brasil passará por uma nova avaliação do Gafi em 2020.

Parlamentares à esquerda, como o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), e à direita, como o deputado Kim Kataguiri (DEM-SP), se uniram nas críticas ao texto original. Para Kataguiri, líder do Movimento Brasil Livre (MBL), que apoiou a candidatura de Jair Bolsonaro ao Palácio do Planalto, tanto a possibilidade de indicações de pessoas de fora do Serviço Público quanto a vinculação do Coaf ao Banco Central são injustificáveis. “Não existe explicação racional,

sem motivos ocultos, que justifique a vinda dessa MP. Nem que justifique a possibilidade de indicar pessoas de fora ou a transferência do Coaf para o Banco Central”, disse Kim.

Após passar pela Comissão Mista, a MP 893 terá que ser apreciada pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. ✓



Quer receber nossos  
informativos direto  
em seu WhatsApp?

Envie mensagem  
para (61) 98145-8400  
e se inscreva em nossa  
lista de transmissão 😊

**SINAL**  
SINALEIRO NACIONAL DO  
PARCELADEIRO DO BANCO CENTRAL



# REFORMAS QUEREM BARATEAR PREÇO DA MÃO DE OBRA

Furar a bolha do mercado financeiro, onde trabalhou como analista por vários anos, e partir para conhecer uma realidade social bem diferente da que estava habituado foi um longo e difícil processo que mudou completamente a vida do economista e ex-banqueiro Eduardo Moreira. “Eu comecei a nutrir um Eduardo lado B. Que era um Eduardo de contato com gente, de ouvir histórias, de viajar, palestrar. Foi o primeiro furo que eu fiz na bolha”. Perdeu a amizade de muita gente, foi duramente criticado pelos economistas que gravitam na órbita dos bancos, mas ganhou novos amigos e parceiros. Hoje, certamente, é um dos mais ativos economistas de oposição ao governo, com críticas às reformas e ao desmonte do Estado brasileiro.

A **Por Sinal** conversou com Eduardo no seu escritório em São Paulo, local de passagem do economista, sempre viajando pelo Brasil profundo para dar palestras ou para conhecer de perto como vive a população mais pobre do país. Perguntado sobre as reformas da Previdência, trabalhista e administrativa, o economista disse não ter nenhuma dúvida de que, no fundo, todas elas foram feitas para reduzir o custo da mão de obra.

## Flavia Cavalcanti

■ Para esta edição estamos produzindo matérias sobre o impacto da reforma da Previdência, da reforma trabalhista e da futura reforma administrativa. E o que vemos, depois de várias conversas, é que, em todas elas, ao contrário do discurso do governo, os mais pobres são os grandes prejudicados. O Estado de bem-estar social vem sendo desmontado de forma muito rápida, e isso é perigoso.

Gosto de ver as coisas de uma forma mais simples, para poder, primeiro, dar sentido a elas. Vejo todas essas reformas que estão acontecendo como reformas que tornam a mão de obra mais barata. Quando você faz um reforma trabalhista, está diminuindo a possibilidade de os trabalhadores se juntarem e negociarem em conjunto, e ampliando as formas como eles

devem trabalhar. Por exemplo, ampliando a lei que permite o trabalho intermitente, o trabalho em horários diversos, em lugares diversos, a terceirização. Quando existe mais oferta de algum produto, com uma demanda relativamente constante, o preço desse produto cai. A reforma trabalhista nada mais é do que uma reforma para fazer o preço da mão de obra cair.

No caso da reforma da Previdência, a mesma coisa. Você está fazendo as pessoas trabalharem até o fim da vida porque a aposentadoria que vão receber não é suficientemente poderosa para bancar os seus custos mínimos de vida ou porque, simplesmente, eles não vão atender os requisitos para ter o tempo mínimo necessário para se aposentar. Logo, estão fazendo com que as pessoas trabalhem até o fim da vida delas. São mais pessoas que terão que trabalhar, mais oferta e, portanto, o preço cai.

Ou seja, todas essas reformas vêm com um sentido de fazer com que o preço da mão de obra, que para o grande empresário é mais uma das variáveis que ele tem que baixar, caia.

## ■ E no caso da reforma administrativa?

Quando se faz uma reforma do Estado, como a reforma administrativa, e tenta diminuir o tamanho do Estado, o que é que está se fazendo? Nesse caso, o impacto da diminuição da mão de obra não é direto, é indireto. Porque está se tirando um monte de gente que trabalha em condições que o Estado pode controlar e jogando essas pessoas no mercado, aumentando a oferta. E isso é relevante! São 12 milhões de servidores na ativa, somando civis, funcionários de estatais, militares, nas esferas municipal, estadual e federal. Então, quando você diminui o tamanho do Estado, aumenta, também, a oferta de pessoas na iniciativa privada, reduzindo, com isso, o custo da mão de obra.

Mas, na reforma administrativa existe outro interesse, que é o seguinte: o Estado é um redistribuidor de riqueza. O Estado não é uma pessoa, como alguns pensam, no sentido de que “o Estado gasta muito”, “o Estado economiza”. O Estado não gasta nem economiza. Ele escolhe de quem vai tirar, quanto tira, e para quem vai dar. E tem uma coisa a mais, que é importantíssima. O legado que fica pelo caminho. Porque ele pode dar dinheiro para as pessoas simplesmente, ou pode dar dinheiro contratando-as para fazerem algum tipo de serviço, ou produzindo alguma coisa.

## ■ Obras que ficam, por exemplo.

Isso! O que fica é o legado que serve para alavancar a próxima fase do crescimento. O que é que acontece? Quando você tem

um Estado menor, essa redistribuição passa para a mão da iniciativa privada. E a iniciativa privada é dez vezes, cem vezes mais acumuladora do que o Estado.

As pessoas falam que o Estado paga muito a algumas pessoas e paga pouco a outras. Realmente, existem coisas que podem melhorar. Injustiças, desigualdade nos salários. Por exemplo, entre um juiz e um enfermeiro do SUS. Agora, olha as desigualdades que existem no setor privado. Acabou de sair a *Forbes* com a lista das pessoas mais ricas no Brasil.

■ Em alguma das suas palestras, você falou do tamanho dessa desigualdade, comparando o que o Estado gasta com os 12 milhões de servidores e o que os 200 mais ricos do país ganham. Fale desses dados, são impressionantes.

Segundo a *Forbes*, as 200 pessoas mais ricas do Brasil ganharam, no ano passado, R\$ 230 bilhões. E elas acumulam R\$ 1 trilhão e 300 bilhões de reais. Isso só a parte que está declarada no Brasil. No caso do setor público, 12 milhões de servidores da ativa receberam, no ano passado, pouco mais de R\$ 700 bilhões. Ou seja, são 60 mil vezes mais pessoas recebendo três vezes mais dinheiro! E você diz que o Estado é o gerador de desigualdade? Que o Estado é que faz acumular, e não a iniciativa privada?

O que temos que entender é o seguinte. Se essas pessoas, as mais ricas do país, aumentaram seu patrimônio, de 2012 até agora, de R\$ 300 bilhões para R\$ 1 trilhão e 300, e o PIB brasileiro real caiu nesse mesmo período, esse dinheiro deve ter vindo de algum lugar. Porque dinheiro não aparece em árvore, não aparece no ar. De quem é que veio? Veio da classe média e da classe pobre brasileira, que empobreceu demais ao longo



dos últimos sete anos, no Brasil. Essas reformas todas tentam consolidar o processo de precarização da mão de obra, que está completamente na mão, em termos de negociação de preços, das pessoas que têm o poder econômico no Brasil.

■ **Qual é a lógica disso? Quando se diminui o custo de mão de obra, diminui a demanda. E o que gera crescimento real é a demanda. A quem interessa essa desigualdade? A própria China, que é um país comunista, já rompeu essa lógica há muito tempo.**

Há dois motivos principais, na minha visão. O primeiro é a cobrança dos resultados no curto prazo dos acionistas. Hoje em dia, as pessoas que tocam as empresas são remuneradas com *stock options*, com *phantom stocks*, com bônus, de acordo com os resultados que eles entregam no ano, e, algumas vezes, até nos resultados semestrais.

Quando a remuneração dos executivos da empresa está completamente atrelada aos resultados de curtíssimo prazo, você não pensa mais em planejamento. Não pensa no que isso está gerando de impacto estrutural, sistêmico, no longo prazo. Não pensa, também, que vai ficar sem consumidor lá na frente. Só pensa no que vai garantir o seu próximo bônus. Até porque, você não sabe se daqui a dois anos vai continuar como CEO daquela empresa, com direito a esse modelo de remuneração. O curto prazo, hoje em dia, é absoluto e soberano nas empresas, por causa da remuneração dos seus executivos.

■ **E o segundo motivo?**

O segundo grande motivo é o seguinte. Temos um pensamento falacioso que imagina que as pessoas estão querendo maximizar as relações de riqueza e de dinheiro. Não é verdade. Não vemos os donos das principais empresas do Brasil, dos principais conglomerados, dos principais bancos, querendo otimizar a relação de riqueza. Eles estão querendo otimizar a relação de poder. Então, muitas vezes, num país extremamente desigual como o Brasil, você entende que não está gerando o máximo de riqueza que poderia para o país, mas, com certeza, está exercendo o máximo de poder. Isso porque, na medida em que se reduz a desigualdade, você impulsiona o crescimento e diminui a concentração de poder. Porque menos desigualdade é menos concentração de poder.

Essas pessoas, hoje em dia, têm o poder de direcionar o crescimento para aonde quiserem. E vão sempre direcioná-lo para aquele caminho com menos atrito para eles, em todos os sentidos. Menos atrito para aprovar, por exemplo, uma obra ambiental que tem um impacto ambiental enorme. Ou para aprovar um novo modelo de tributação, aprovar incentivos.

Isso é uma questão de poder. E esse poder, eles têm hoje.

Então quando se pega o exemplo da China, o que é que ela tem de especial hoje? Ela tem o Estado induzindo crescimento. Então o Estado aponta: “Olha, nós vamos crescer para lá, naquela direção, e são essas coisas que o país precisa para poder ter crescimento grande”. E o mercado é o responsável pela inovação.

A competição que se gera é o risco tomado para fazer com que as coisas acelerem, mas acelerem na direção correta. Tem uma frase, em inglês, que diz: “Não adianta remar mais rápido se o barco está apontado na direção errada”. O que o Estado chinês faz é apontar o barco para a direção rápida. E o mercado faz o pessoal remar mais rápido.

■ **Mas, e no Brasil, em que direção anda o barco? Como funciona?**

No Brasil, temos o Estado apontando o barco para a direção errada. Porque ele é representado hoje em dia, sem intermediários, por banqueiros e donos de empresas. São os donos do país. Antigamente, eles tinham intermediários, os políticos. Hoje, nem os políticos mais eles têm. Se você for olhar quem está ocupando os cargos de ministros, presidentes de bancos públicos, vai ver que são todos ex-banqueiros. Às vezes até banqueiros. E para aonde eles apontam o barco? Para onde podem maximizar os ganhos de curto prazo das suas empresas. Que vão gerar bônus altos, *stock options* altos. Por isso a necessidade de ter o Estado induzindo.

■ **Mas esse modelo dos bancos no centro do poder não é brasileiro.**

Isso começa na década de 1980. Antes disso, o pensamento neoliberal ganhou muita importância no mundo. Principalmente quando os banqueiros suecos financiam o Prêmio Nobel, fazem *lobby* para terem o Prêmio Nobel de Economia, e esses prêmios são entregues aos pensadores neoliberais. Depois vem o teste no Chile, do modelo funcionando na ditadura de Pinochet, e quando eles acertam os ponteiros lá, vem a implementação disso com o Reagan e Thatcher ao mesmo tempo, ali no começo dos anos 1980.

A Academia é comprada com esse novo ideal, os *think tanks* que se formam são quase todos neoliberais. É quando começa a ter a hegemonia do pensamento neoliberal, tanto na academia, como nas principais potências capitalistas do mundo. É quando esse pensamento começa a virar verdade. E começa a virar verdade que o Estado atrapalha e que a carga tributária é muito alta.

A carga tributária brasileira é 32% do PIB. O que é que quer dizer isso? Porque as pessoas falam que “a gente perde 32% do PIB em carga tributária”. Carga tributária só quer dizer o



*Segundo a Forbes, as 200 pessoas mais ricas do Brasil ganharam, no ano passado, R\$ 230 bilhões. No caso do setor público, 12 milhões de servidores da ativa receberam, no mesmo ano, pouco mais de R\$ 700 bilhões. Ou seja, são 60 mil vezes mais pessoas recebendo três vezes mais dinheiro! E você diz que o Estado é o gerador de desigualdade?*

seguinte: do que produzimos de riqueza do país, pegamos um terço e redistribuímos. É só isso. Não desaparece nenhum centavo. Um terço do que produzimos de riqueza no país, o governo pega, e fala assim: “Isso aqui eu vou redistribuir entre as pessoas”.

■ **Falam tanto da carga tributária alta, mas quem paga mais são os pobres, via consumo.**

Sim, quem paga impostos sobre consumo são os pobres, quem recebe os impostos, através dos juros, são os ricos! Vocês

gostaram daquele dado de desigualdade dos 12 milhões de servidores, não? Tem um pior ainda. Quando as pessoas dizem que a carga tributária no Brasil é alta e que o maior gasto é o da Previdência, eu respondo que a Previdência atende 30 milhões de pessoas. Ou seja, um bom pedaço do dinheiro que você está pegando no Brasil, através da carga tributária, você está redistribuindo, apesar de que essa redistribuição poderia ser muito melhor, muito mais justa. Mas, pelo menos, você tem 30 milhões de assistidos. Se você somar os 12 milhões de ativos, você tem quase 50 milhões de pessoas que recebem de volta esses impostos!

Então não é aqui que está acontecendo a concentração de renda no país. Não é daqui que surge a desigualdade. Alguns dizem que o Estado é o maior gerador de desigualdade no Brasil. Não é. Ele arrecada os impostos e distribui para, pelo menos, 50 milhões de pessoas. E deixando obras como legado.

No caso de uma empresa de telefonia que é privatizada, o que acontece? Aquela empresa de telefonia, como era do Estado, agia também como redistribuidora de riqueza. Ela cobra do consumidor a tarifa de telefonia, pega esse dinheiro e dá para as pessoas que trabalham para a empresa. E deixa um legado, que é um monte de linhas telefônicas. E quando é privatizada? Passa a ser mais um instrumento concentrador de riqueza, que pega o dinheiro dos consumidores e deixa quase todo nas mãos de meia dúzia de donos.

Qual deve ser a luta? Algumas perguntas são legítimas de se fazer. Esse negócio é moderno o suficiente? O processo que está sendo utilizado é o melhor? Estamos escolhendo bem os funcionários? Mas não faz sentido dizer que a privatização melhora a redistribuição de renda. Você tira essa empresa que é do Estado, ou seja, que pega dinheiro das pessoas e devolve para elas mesmas, e põe no lugar uma empresa privada que pega das pessoas e fica com um dono só. Isso não tem lógica matemática!

■ **Você falou na direção do barco, e que o Estado tem que apontar. No entanto, para o governo apontar a direção do barco, ele precisa investir nessa direção, precisa de dinheiro. Segundo consta, estamos com uma crise fiscal enorme, o governo diminuiu mais de 80% dos gastos obrigatórios e não tem margem para apontar a direção do barco. Qual a solução para isso?**

Vivemos a execução de um plano que foi muito bem arquitetado e que começa com a emenda constitucional 95, o Teto de Gastos. O país, qualquer país, tem que gerar nova riqueza,

porque para viver se consome riqueza. E, para gerar riqueza, temos que investir. Nenhuma riqueza aparece do nada. Você faz um investimento e esse investimento implica num risco, e o risco, quando é transpassado, gera um retorno. Esse é o processo econômico: investimento, risco e retorno. E aí, o governo chega e fala que o poder público, durante 20 anos, não pode mais investir. Porque a emenda constitucional, na prática, é não poder investir. Não é um teto de gastos, é um teto de investimentos. Se fosse teto de gastos, incluía juros também.

Uma coisa que eu acho absolutamente absurda é como os juros são tratados no Brasil. Tem algum lugar, na Constituição Federal, que diz que a despesa com juros é mais importante que qualquer outra despesa? Não existe. Mas, na prática, temos superávit primário, a gente já faz a conta dizendo receita menos despesa, excluindo os juros. Em juros, eles não mexem. Isso é sagrado! Superávit primário é isso. Teto dos gastos é o limite dos gastos. Menos com os juros.

■ **A taxa Selic está baixa, mas lá na ponta os juros estão altíssimos, 200, 300%. Por que isso?**

Para não deixar que as pessoas que produzem a riqueza, no Brasil, passem a ter acesso à máquina, ao capital. Você é um cara que produz camisa e faz tudo na empresa — opera a máquina de produzir camisa, monta, tira a camisa, corta a camisa. Só que você não tem dinheiro para ter a máquina que faz a camisa. Então você ganha mil reais por mês e o dono da empresa ganha cem mil reais por mês. Essa rentabilidade que ele tem é mais ou menos 5% em relação ao que custa a máquina. Se você é o cara que sabe fazer tudo isso, e consegue pegar dinheiro emprestado a 1%, o que é que você faz? Você vai comprar uma máquina de camisa e você vai trabalhar para você mesmo. E o cara que é o dono da máquina de camisa vai ficar desesperado, porque ele não sabe nem o que é uma camisa, um botão.

Como é que se impede que as pessoas que fazem o verdadeiro trabalho, no Brasil, passem a ser donas do capital? Criando um fosso entre os dois. Tornando o custo do dinheiro para financiar a compra do capital maior do que o retorno que esse capital dá. Enquanto o custo do financiamento do capital for maior que o retorno do capital, ninguém nunca cruza essa linha. E você continua dependente, para sempre, daqueles que são donos do capital. Esse é o principal motivo de você ter juros tão altos, na ponta, no Brasil.

Mas aí a iniciativa privada percebe que colocou o país de joelhos e fala que pode salvar o país, que pode investir. Só



*O processo econômico é investimento, risco e retorno. E aí, o governo chega e fala que o poder público, durante 20 anos, não pode mais investir. Porque a emenda constitucional 95, na prática, é não poder investir. Não é um teto de gastos, é um teto de investimentos. Se fosse teto de gastos, incluía juros também.*

que com as suas condições. E aí coloca o país de joelhos, como refém, e começa a fazer suas exigências. Reforma trabalhista, reforma da Previdência. Isso tudo é exigência do setor privado.

O mais triste é que a gente vê entrevistas com gente andando na Avenida Paulista, pessoas de classe média baixa, trabalhadores, daqueles que pegam o ônibus às 4 horas da manhã, você vê no rosto a pele cansada de trabalho, e o cara se diz a favor da reforma da Previdência, porque disseram que só assim é que vão gerar novos empregos. É um refém mesmo! Ele está com uma arma apontada na cabeça, estão dizendo que ele só tem uma opção!

E depois de fazer todas as reformas, a tributária, que vai só simplificar e não fazer justiça fiscal, e a administrativa, vocês sabem o que vai acontecer? O ministro Paulo Guedes libera a emenda constitucional 95 e diz que o país vai voltar a crescer e gerar riqueza porque o Estado vai investir. Só que — e aí vem o grande detalhe do plano do governo — essa riqueza não vai mais transbordar para as camadas mais pobres. Porque já passou reforma trabalhista, a reforma da Previdência, a reforma tributária...

■ **Ou seja, os diretos sociais todos já se foram!**

É isso. Está se fazendo um arcabouço de medidas para, quando o país voltar a crescer, o ganho vai ficar com os de sempre. Este plano começa com a emenda constitucional 95 e termina abrindo mão da emenda constitucional 95. É esse o plano, um arco.

■ **E o pior de tudo é isso é que quando crescer, vão dizer que foi em função da reforma tributária, da reforma da Previdência. A história é contada pelos vencedores, não?**

Ainda é difícil prever a história que o ministro vai contar. O fato é que todo ganho que for gerado não vai transbordar. E por que normalmente ele transborda? Porque quando os trabalhadores têm direito de associação eles podem pressionar, podem combinar e entrar em greve. Porque está se gerando riqueza e eles querem a sua fatia dessa riqueza. Agora não se pode mais isso. Não há mais sindicatos bem estruturados, fortes.

■ **A reforma sindical que também vem aí é uma forma de desestruturar tudo.**

Mas é claro! Está no *Mein Kampf*, o livro do Hitler! Um dos capítulos do livro diz: mine os sindicatos. Assim é em qualquer instrumento de dominação, de poder. Enfraquecer as associações.

■ **Mas quero insistir para entender melhor a sua análise. Como se pode retomar o crescimento num país com mais de 12 milhões de desempregados e não sei quantos milhões de subutilizados e desalentados, em meio a uma forte situação econômica, com a indústria parada e com capacidade ociosa? Isso quer dizer que a acumulação da riqueza, onde ela é gerada, é apenas via capital financeiro?**

As pessoas confundem muito, pensam em termos de dinheiro e não em termos de riqueza. Daí a confusão. No Brasil, vivemos um ciclo, no qual o Estado se endivida para fazer alguns investimentos. Cada vez é um tipo de investimento diferente: ou nas estatais, ou grandes estradas, portos, ou infraestrutura. E quando o Estado faz essas coisas, ele gera crescimento.

Vale a pena lembrar. De 1930 a 1980, o Brasil viveu um milagre econômico. Cresceu mais de 7% de média ao ano, porque fez muitas obras públicas para gerar riqueza. Só que essas obras beneficiaram os grupos que emprestaram dinheiro para o Estado. O dinheiro sempre vem de alguém. A energia elétrica vai até a fábrica do cara, vai até o bairro nobre. Não vai até a periferia, não vai até a favela. O aeroporto é para fazer com que as pessoas ricas viajem. Então esse endividamento já é um endividamento que só atende às pessoas mais ricas.

E essa dívida vai crescendo, vai crescendo e chega num ponto em que o Estado tem que cobrar mais impostos para poder bancar esse negócio. Só que, como quem manda no Estado são as pessoas mais ricas, elas impõem condições e falam para o governo o seguinte: “Olha, você vai ter que arrecadar esse dinheiro para pagar os juros da dívida, mas eu vou lhe dizer de quem arrecadar. Você não vai pegar de mim”.

E aí são criadas leis para se arrecadar o dinheiro, principalmente das pessoas mais pobres, e aliviar as mais ricas. O Brasil — está no *site* oficial do Ministério da Economia — é o país que menos cobra impostos dos mais ricos no mundo. De todos os países estudados. Entrem no *site* e vejam. E o que acontece? O governo começa a tirar dinheiro das pessoas mais pobres para pagar os juros dessa dívida que só construiu coisas para os mais ricos. Com isso começa a haver um processo de transferência de riqueza sem geração de nova riqueza. É só transferência. E é só a riqueza que se tem de estoque, riqueza existente. Mas chega uma hora em que essa riqueza existente acaba. E, quando ela acaba, os mais ricos falam que não têm mais de quem tirar. E que é preciso gerar mais riqueza, mas o Estado não tem como investir, está todo endividado, e diz que o grande problema do Estado é seu endividamento. E que, para quitar essas dívidas, o governo tem que abrir o cofre e vender tudo.

■ **E volta o mote das privatizações, a busca da eficiência. O Estado tem certa ineficiência, é verdade, um grande número de empresas estatais meio de fachada, que não geram nada de riqueza. Mas não é o caso das grandes, dos Correios, da Petrobras.**

O governo começa a pegar tudo aquilo que foi construído com o dinheiro de todos, e guardado com o dinheiro de todos, e passa para a mão de meia dúzia de pessoas. A conversa é sempre igual. Lembra, há 25 anos, do Maluf, Brizola e Delfim Neto discutindo a privatização da Vale? O Delfim foi claro: “Temos que matar esse monstro da dívida. Vamos privatizar a Vale para matar”. É igualzinho, não muda nada, nem uma vírgula. O problema é que o governo privatiza e não mata a dívida. Porque a dívida é a mão invisível das pessoas mais ricas. Não

é a do Adam Smith. A dívida é a mão invisível que tira dos mais pobres para os mais ricos, sem ninguém perceber. Aí se faz essa privatização toda e a dívida continua crescendo, num ritmo ainda maior.

Eu quero que as pessoas se convençam de que o Estado da forma como esta estruturado hoje no Brasil serve como uma via, um canal, um caminho para tirar recursos do bem comum e dar esses recursos para os mais ricos, sem que as pessoas percebam isso. É quase uma lavanderia de dinheiro dos mais pobres para os mais ricos, só que, como passa por esse mecanismo todo que eu expliquei antes, ninguém percebe mesmo. E quem vira o culpado? O discurso mais ouvido é que é o Estado, os políticos corruptos. Mas na lista dos 200 mais ricos do Brasil só três são políticos. É claro que há um monte de políticos corruptos, que roubam dinheiro, e isso é um absurdo. Mas eles são fichinha perto dos outros que ganham muito mais nessa estrutura. Quem ganha dinheiro com essa estrutura pesada é quem se apropria desse mecanismo!

#### ■ As privatizações resolvem o problema de caixa do governo?

Depois das privatizações, chegamos ao ponto em que não se tem mais nenhuma riqueza para redistribuir. Então o que é que acontece? O investidor sabe que é preciso criar riqueza no país, mas quer moleza. E aí o governo, para ele não ter risco ao investir, oferece incentivo fiscal, subsídio, diminui o imposto de renda, pessoa física, pessoa jurídica. Aí ele investe, gera um pouco de riqueza. E o país tem um surto de crescimento, um voo de galinha.

São ciclos de crescimento curto. Porque você pode ver que mesmo quando o Brasil cresceu mais de 10% ao ano, na época da ditadura militar, sempre tivemos crescimento com concentração. Nunca foi redistribuição.

#### ■ No governo militar o lema era primeiro o país cresce e depois distribui. Nunca distribuiu. E no governo Lula, o que aconteceu? Fala-se que o Bolsa Família transferiu renda, mas que foi a política de valorização do salário mínimo que de fato distribuiu a renda. Você concorda?

E o que é que aconteceu com a economia, quando ele começou a fazer isso? Ela cresceu. Começou a crescer muito. E o que é que aconteceu com o balanço de poder? Começou a ser dividido, começou a incomodar. E aí surgem alguns problemas, você entra numa questão política também.

No caso do Fernando Henrique Cardoso, ele, com três partidos, PSDB, DEM e PMDB, conseguia ter maioria simples, e com quatro, maioria absoluta (2/3). Quando ele precisava

de maioria absoluta, era só colocar mais um partido. No seu segundo governo, já eram quatro para maioria simples e seis para maioria absoluta. No primeiro governo Dilma, eu acho que eram dez e doze. No segundo, para ela ter maioria absoluta, eram necessários vinte partidos! E aí essa história de negociar com o “Centrão” vira um caos no país.

#### ■ Esse projeto econômico, que hoje está em pleno vapor, na verdade começou quando o Joaquim Levy foi para o Ministério da Economia, ainda no governo Dilma. Só que eles não tinham credibilidade para aprovar nada no Congresso naquele momento, porque já havia todo o planejamento da destituição da Dilma e a entrada do Temer. E, com o Temer, ele de fato começou. Apagaram o projeto de lei de Dilma e fizeram a emenda constitucional 95, o mal maior de tudo isso, porque foi o alicerce das reformas aprovadas.

É isso aí. É ali que começa o plano.

#### ■ E, com todas essas reformas, estamos criando uma desigualdade enorme dentro do país. Hoje, já temos 13 milhões de brasileiros abaixo da linha da miséria. São aqueles que têm renda mensal per capita inferior a R\$ 145,00. Como interromper esse processo, antes que o Brasil se transforme realmente num país de miseráveis? E sem que haja uma ruptura no processo democrático?

O Estado tem que voltar a ganhar espaço, ao invés de perder espaço. Tem que voltar a ser mais importante, e não menos importante.

Há outra questão para ser pensada. Temos a migração para uma economia de serviços, antes era uma economia industrial. Uma economia de serviços é uma economia na qual a mão de obra vai, cada vez mais, ser substituída. A tecnologia toma o espaço das pessoas, e o trabalho delas é cada vez mais *just in time*. Como funciona isso? Antigamente tinha uma empresa de motoboy que fazia *delivery*, e o cara era contratado dessa empresa. Hoje, o cara só recebe quando conclui o percurso de levar a comida do restaurante até a tua casa. Enquanto ele está esperando, olhando no celular, ele ganha zero. Mas ele está trabalhando. E quando ele está fechando o negócio, ele não juntou nenhum estoque de proteção para quando aquela mão de obra falhar. Olha que loucura, as pessoas não estão levando isso em consideração! As pessoas, hoje, estão passando a trabalhar dez vezes mais do que antes. Quando você era contratado, tudo contava como trabalho. Agora, é só na hora em que você está no pico de utilização da sua mão de obra.

#### ■ O próprio trabalho intermitente que a reforma trabalhista trouxe é também é muito precário.

Também, só que o trabalho moderno é pior que o trabalho intermitente. É como se tivesse um taxímetro colado em você e, quando começa a fazer a tarefa, vale o taxímetro. Quando para de fazer a tarefa, para o taxímetro. No trabalho intermitente não é assim. Se você vai ao banheiro, por exemplo, você está recebendo. No trabalho moderno, quando você vai ao banheiro, você não ganha. E isso se multiplica por inúmeras vezes a sua quantidade de trabalho. Como multiplica por inúmeras vezes a quantidade, diminui por inúmeras vezes a sua longevidade de trabalho. É igual a uma pilha! Você está usando pilha o tempo inteiro, ela dura menos.

Qual é o lugar para encontrar uma salvação, para poder continuar tendo um mínimo de dignidade? No Estado! No auxílio que o Estado vai te dar, na assistência que o Estado vai te dar. É a única maneira. E estão querendo diminuir o Estado, ter um Estado mínimo, num mundo de trabalho *just in time!*

#### ■ Voltando ao aumento da pobreza com a reforma da Previdência, estamos publicando um estudo Anfiq que analisou o impacto da reforma junto aos municípios, com base em dados de 2017, relativos aos pagamentos de aposentadorias do Regime Geral. O estudo mostra que em 87,9% dos 5.570 municípios brasileiros (um total de 4.896 cidades) o pagamento da Previdência supera a arrecadação tributária. E não é só no Nordeste, nem só em municípios mais pobres.

O argumento do governo é que há uma transição e que as coisas não vão acontecer imediatamente. É verdade que é uma transição. Mas só temos dois caminhos que podemos seguir. Um é o que o governo está defendendo, que corta tudo, diminui o tamanho do Estado, diminui a assistência, diminui a educação, diminui a saúde. O governo diz que vai sobrar dinheiro e com essa sobra se mata a dívida, e o mercado que se vire e arrume a vida de todo mundo. Esse é o resumo do que ele fala.

O caminho que eu defendo é outro. Você recupera a capacidade do Estado de investir repensando a emenda constitucional 95 e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em vez de lei de responsabilidade fiscal, deveríamos ter uma lei de justiça fiscal. Você readequa essas duas leis, que são os principais entraves, e recupera a capacidade do Estado de investir. A partir daí você vai usar o Estado, na sua função de redistribuir a riqueza, deixando um legado para podermos gerar mais riqueza. E com essa riqueza que você vai gerar aqui, vai matar a dívida que você tomou, para poder fazer esse crescimento acima da Lei de Responsabilidade Fiscal, da emenda constitucional 95.

Posso estar errado ou o Paulo Guedes pode estar errado. Se estou errado, vou parar lá na frente mais endividado do que estou hoje, mas com um legado construído. Com pessoas que foram salvas, com pessoas que não sentiram dor, com crianças que foram educadas, com empresas que foram construídas e que têm valor. Eu deixo esse legado. O problema é que o plano do governo, se der errado, é terra arrasada. Ele só deixa um rastro de destruição. A relação de risco-retorno das duas estratégias é completamente diferente.

#### ■ Mas como implementar esse seu caminho, se quem comanda o país, como você mesmo deixou claro nessa entrevista, é a elite financeira?

Começando a fazer reportagens com pessoas que falam isso. Temos que transformar esse debate em *mainstream!* É um trabalho muito difícil, mas dá para fazer. Mídia tradicional não vai ter. Mas o bom é que, hoje, nós temos outros canais. Por exemplo, vocês estão fazendo essa entrevista aqui comigo. Na sexta-feira passada estava num congresso brasileiro de direito administrativo, lá em Campo Grande. Lotado. E eu falando com o pessoal de direito administrativo sobre como é a minha visão de como funciona o Estado. Teoricamente, estava ensinando o padre a rezar o *Pai-nosso*. Mas pessoas da plateia me disseram que nunca tinham parado para pensar nas coisas que eu estava falando.

#### ■ Eu acho que é um trabalho que nós temos a obrigação de manter, que é a resistência. Senão, seremos cúmplices do que está acontecendo. Mas concretamente, como dar a virada?

Gente, em 25 anos, nós transformaremos este país completamente. O Brasil tem tudo. É inimaginável. Precisamos, primeiro, de um Estado que volte a reinvestir e um legislativo que dê suporte para isso. Porque o grande problema é que, hoje, não adianta ter um monte de ideias boas com um legislativo que vá ficar remando contra e negociando tudo. Então temos que eleger melhor os representantes do legislativo também na próxima eleição. Esse nosso Congresso atual tem uma boa parcela de parlamentares que é um caos, numa defesa cega do liberalismo na economia e do conservadorismo nos costumes! 

# SEGURIDADE SOCIAL, CONSTITUIÇÃO E REFORMA DA PREVIDÊNCIA NO CONTEXTO DO ULTRALIBERALISMO

LARISSA CASTILHO\*

O modelo de seguridade social originalmente estabelecido pela Constituição de 1988 teve como inspiração a ideia de seguridade social desenvolvida pelo economista britânico William Beveridge, em seu *Relatório Sobre Seguro Social e Serviços Afins*, que serviu de base para implementar o modelo de Estado de bem-estar social inglês.

O objetivo de Beveridge era criar um sistema de seguro social de cobertura abrangente, compreendendo os riscos sociais desde o nascimento até o falecimento (*from the cradle to the grave* — “do berço ao túmulo”). A ideia era que todos os trabalhadores pagassem uma contribuição ao estado, que, em troca, pagaria benefícios aos desempregados, enfermos, aposentados e viúvos, a fim de que fosse garantido um padrão mínimo aceitável de vida na Grã-Bretanha. Tinha uma forma de custeio triplíce, com impostos do tesouro britânico, contribuição dos cidadãos e dos empregadores. O valor da contribuição era nacionalmente unificado, assim como o valor do retorno, que se pautava numa transferência de um valor mínimo que nem sempre atendia às necessidades dos beneficiários.

Além de sua inclinação para o modelo beveridgiano, a seguridade social na Constituição de 1988 observou também o modelo estabelecido nas constituições de 1934 e 1946, que protegia prioritariamente aqueles que

contribuíam para o sistema. Era necessário ostentar a condição de trabalhador para obter os benefícios, que deveriam ser custeados pelas contribuições do Estado, empregados e empregadores. Somente ao fim do processo constituinte, a assistência social, independente de contribuição, assumiu o *status* de política social, passando a integrar o sistema de seguridade, e a saúde foi levada a condição de direito universal, com acesso igualitário.

A seguridade social, da qual fazem parte a previdência, a assistência social e a saúde, está inserida no Título VIII da Constituição, que trata da ordem social e estabelece como seus objetivos o bem-estar e a justiça sociais, baseados em princípios que se destinam a promover a cidadania e um padrão de vida considerado satisfatório, com financiamento de base diversificada respaldado em orçamento único, gerido democraticamente e que alcance universalmente a população brasileira.

Com relação à previdência social, o texto original da Carta de 1988 destacava o seu caráter contributivo, definia as contribuições devidas, permitia a aposentadoria por tempo de serviço independente do tempo de contribuição, garantia benefícios e aposentadorias não inferiores ao salário mínimo, além de sua irredutibilidade e a participação por contribuição direta, dentre outros avanços. O texto original foi alterado pela emenda constitucional 20/1998. A emenda representou uma reaproximação do modelo bismarckiano, que se assemelha aos seguros privados, cujo

acesso é basicamente restrito aos trabalhadores assalariados e seus dependentes, por meio de contribuição prévia e com retorno proporcional a essa contribuição.

Recentemente o texto constitucional referente ao sistema de seguridade social sofreu novas alterações pelo texto da PEC 6/2019, aprofundando a desconstrução do significado de seguridade social inscrito no texto da Constituição Federal de 1988, a fim de atender às demandas do ultraliberalismo.

O texto aprovado traz alterações, como o aumento da idade mínima para aposentadoria, para 65 anos, no caso dos homens, e de 62 anos para as mulheres trabalhadoras urbanas, com tempo mínimo de contribuição de 15 anos para quem já contribui para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Estabelece também uma nova metodologia de cálculo dos benefícios, partido de 60% do valor da média salarial somada a 2% a mais para cada ano de contribuição superior ao 15°. Define novos valores para a pensão por morte, fixada em 50% do valor do salário somada a 10% por dependente, podendo ser integral quando se tratar de dependente portador de deficiência. Também veda o acúmulo de benefícios do mesmo regime, estabelecendo o sistema escalonado de valores para os casos em que ocorra acumulação. Há ainda novas alíquotas de contribuição aplicáveis a determinadas faixas salariais, podendo partir de 7,5% e chegar até 22%, entre outras.

Para compreender os fundamentos e objetivos da reforma da Previdência é importante ter um olhar atento para os argumentos apresentados por seus entusiastas, que mencionam um suposto déficit orçamentário, a ameaça de um provável colapso do sistema nas próximas décadas, a ideia de economia de recursos públicos com o combate aos privilégios de servidores públicos e aposentados.

Especialistas contrários às reformas argumentam sobre o caráter falacioso de muitas dessas afirmações, destacando que a ideia de déficit de recursos se pauta em cálculos que desconsideram o fato de o orçamento da seguridade social ser único, e com fontes variadas de custeio, que vão além dos trabalhadores ativos; que não há como afirmar categoricamente a possibilidade de uma quebra do sistema de seguridade até 2060, que já existiriam

mecanismos de correção de distorções no sistema de concessão dos benefícios e que os gastos com o sistema da dívida superam, inclusive, os gastos anuais com a seguridade. Quanto à economia de recursos, afirmam, pode ser obtida reduzindo as desonerações fiscais e responsabilizando os grandes devedores da Previdência.

Desde o processo de construção da Constituição Federal não houve trégua no conflito entre o ideário neoliberal, tão em voga na década de 1980, e a ideia de cidadania social trazida pela Carta de 1988. Primeiro, durante toda a década de 1990, quando foram adotadas diversas medidas flexibilizadoras dos preceitos constitucionais a respeito das relações de trabalho e previdência social. Entre 2003 e 2006, economistas ligados ao capital ocuparam postos importantes no governo, que vivia uma ambiguidade entre uma política econômica ortodoxa e a defesa da proteção social. No período de 2007 a 2014, o crescimento econômico possibilitou a melhora das condições de vida e trabalho da população, mas não conduziu a reformas estruturais necessárias, perdendo força entre os anos de 2015-2019, quando ocorre a retomada do projeto ultraliberal com muita força.

É importante pensar que a luta pela preservação e universalização da seguridade social deve ser um dos principais horizontes deste momento, considerando o possível desaparecimento de diversas profissões em virtude do emprego da inteligência artificial, o alto nível de desemprego e precarização das relações de trabalho, que inviabilizam a participação social das pessoas e a própria manutenção de seu sustento. É importante defender a assistência social como direito, e não substituto paliativo do trabalho e do emprego, a saúde pública gratuita e acessível a todos os brasileiros e a previdência social enquanto política de proteção às diferentes formas de trabalho, apoiada em uma ideia de “contrato social” solidário, para o qual cada pessoa contribui de acordo com suas condições e usufrui segundo suas necessidades. ■

**(\*) LARISSA XIMENES DE CASTILHO JOHNSON é professora de Direito da UNINASSAU/Recife e Mestra em Direito pela UFPE.**

**Acesse**  
e descubra as novidades  
**portal.sinal.org.br**



Acesse também nossa página no Facebook:  
[www.facebook.com/sinalnacional](http://www.facebook.com/sinalnacional)